



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

29 de abril de 2021

10:00 horas

DIRECIONAL ENGENHARIA S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM n. 21.350

CNPJ 16.614.075/0001-00

NIRE 31300025837

Rua dos Otoni, 177, bairro Santa Efigênia

Belo Horizonte/MG, CEP 30150-270

SUMÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	3
VOTO A DISTÂNCIA	5
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	7
ANEXO I.....	10
MODELO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA	10
ANEXO II	13
COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	13
ANEXO III	50
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANEXO 9-1-II-ICVM 481)	50
ANEXO IV.....	55
ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	55
ANEXO V.....	61
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	61
ANEXO V(A).....	63
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	63

**DIRECIONAL ENGENHARIA S/A**

Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM nº 21.350

CNPJ nº 16.614.075/0001-00

NIRE 31300025837

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do artigo 20, alínea 'e' e artigo 28, Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Direcional Engenharia S/A (“**Companhia**”), ficam os acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“**AGO**”), a se realizar em primeira convocação no dia **29 de abril de 2021, às 10:00 horas, por meio exclusivamente digital**, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n. 481/2009 (“**ICVM 481**”) a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020.
- (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
- (iii) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021, bem como, se instalado, eleger os membros efetivos e suplentes.
- (iv) Fixar o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2021.

INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Nos termos do artigo 21-C, II, da ICVM 481 e artigo 121, parágrafo único, da Lei 6.404/76, **a AGO será realizada de modo exclusivamente digital**, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto a Distância.
2. Para participar e votar a distância, por meio de sistema eletrônico e sem utilização do Boletim, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia, juntamente aos documentos indicados no artigo 29 do Estatuto Social, para o endereço de e-mail ri@direcional.com.br, **até 24 (vinte e quatro) horas antes da AGO**. Em resposta ao e-mail, a Companhia disponibilizará as regras e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo acionista.
3. O Boletim de Voto a Distância, para exercício do direito de voto, encontra-se disponibilizado no *website* da Companhia (www.direcional.com.br/ri), no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 (www.b3.com.br). Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, mas deseje votar na AGO por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela

Companhia, todas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim para aquele acionista serão desconsideradas, conforme artigo 21-C, §2º, II, da ICVM 481.

4. Sem qualquer prejuízo das instruções dispostas acima, a Companhia recomenda que os acionistas manifestem seus votos mediante o envio do Boletim de Voto a Distância, evitando que problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO.
5. Conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/n. 1/2021, os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas Assembleias Gerais de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil Brasileiro, não havendo, neste caso específico, a necessidade do mandatário do acionista pessoa jurídica ser acionista, administrador da sociedade ou advogado. Da mesma maneira, os acionistas fundos de investimento, conforme decisão do Colegiado da CVM no âmbito do Processo Administrativo CVM nº RJ-2014-3578, podem ser representados nas Assembleias por meio de representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos por seu gestor ou administrador, conforme dispuser seu regulamento
6. O acionista, seu representante legal ou mandatário deve, conforme o caso, apresentar à Companhia, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de AGO, documentos que comprovem sua identidade, conforme disposto no artigo 29 do Estatuto Social, artigo 126, caput e §1º, da Lei 6.404/1976, e também conforme a ICVM 481 No caso das pessoas jurídicas estrangeiras e/ou documentos em língua estrangeira, necessário observar, também, o Decreto n. 8.660/2016 e o Decreto-Lei n. 4.657/1942.
7. As informações e documentos previstos nos artigos 124 e 133 da Lei 6.404/1976 e na ICVM 481, relacionados às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se disponíveis na sede da Companhia, no *website* da Companhia (www.direcional.com.br/ri), no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 (www.b3.com.br).
8. Os acionistas interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, no telefone +55 (31) 3431-5509 ou via e-mail (ri@direcional.com.br).

Belo Horizonte/MG, 30 de março de 2021.

Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Ricardo Valadares Gontijo

VOTO A DISTÂNCIA

Nos termos da ICVM 481, conforme alterada, os acionistas que desejarem participar a distância da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Direcional Engenharia S/A (“**Companhia**”), a realizar-se **por meio exclusivamente digital** no dia 29 de abril de 2021 (“**AGO**”), deverão preencher o Boletim de Voto à Distância, cujo modelo segue anexo à presente Proposta da Administração no Anexo I (“**Boletim de Voto**”).

O Boletim de Voto, conforme orientações contidas no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, deverá ser enviado (i) ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia; ou (ii) ao agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da ICVM 481, conforme alterada; ou ainda (iii) à Companhia, **até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO**, nos termos do artigo 21-B da ICVM 481.

Se direcionado à Companhia, o Boletim de Voto somente será recebido, quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Otoni, n. 177, bairro Santa Efigênia, CEP 30150-270, ou, quando enviado por e-mail, para o endereço eletrônico ri@direcional.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem recebidos pela Companhia até a data prevista para realização da **AGO**.

O Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da AGO.

Nos termos do artigo 21-U da ICVM 481, conforme alterada, a Companhia comunicará ao acionista, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas no Boletim de Voto a distância, em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como se o boletim e os documentos recebidos são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância.

O acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, conforme o parágrafo único do artigo 21-U da ICMV 481, desde que observado o prazo para o recebimento pela Companhia, acima indicado de até 7(sete) dias antes da data de realização da AGO.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na ICVM 481, conforme alterada.

Por fim, a Companhia ressalta que:

- (i) caso haja divergências entre eventual boletim recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto coletada pelo agente escriturador (conforme constante no mapa de votação proveniente do escriturador), para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, nos termos do §2º do artigo 21-W da ICVM 481, conforme alterada;

- (ii) conforme determinado pelo artigo 21-S da ICVM 481, conforme altera, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ;
- (iii) as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia Geral ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.**

As contas dos administradores estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (“**Demonstrações Financeiras**”), aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 15 de março de 2021, com parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia. A Ernest & Young Auditores Independentes emitiu relatório sem ressalvas às Demonstrações Financeiras da Companhia.

As Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório da Administração, as Notas Explicativas, o Relatório Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal foram publicados no “Jornal Hoje em Dia” e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais nas edições do dia 16 de março de 2021, e estão disponíveis para consulta no *website* da Companhia (www.direcional.com.br/ri), no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 (www.b3.com.br).

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM n. 481/2009 (“**ICVM 481**”), os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência constante no Anexo II à presente Proposta da Administração, estão disponíveis no *website* da Companhia (www.direcional.com.br/ri), no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 (www.b3.com.br).

Proposta da Administração

A Administração propõe que os acionistas examinem todos os documentos disponibilizados pela Administração e aprovem as contas dos administradores, o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 20, inciso “q”, do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração da Companhia apresentar à Assembleia Geral a proposta de destinação do saldo remanescente dos lucros de cada exercício.

Conforme exigido pelo artigo 9º, Parágrafo único, inciso II e Anexo 9-1-II da ICVM 481, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um resultado líquido de R\$ 113.072.605,02 (cento e treze milhões, setenta e dois mil, seiscentos e cinco reais e dois centavos).

Proposta da Administração

O Conselho de Administração propõe a destinação dos resultados apurados pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que totalizaram a quantia de R\$ 113.072.605,02 (cento e treze milhões, setenta e dois mil, seiscentos e cinco reais e dois centavos) na seguinte forma: (a) R\$ 5.653.630,25 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e três mil,

seiscentos e trinta reais e vinte e cinco centavos) para a constituição de reserva legal, nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; (b) R\$ 106.492.901,77 (cento e seis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e um reais e setenta e sete centavos) a serem destinados para a reserva de investimentos; e (c) R\$ 926.073,00 (novecentos e vinte e seis mil e setenta e três reais) para ajustes de resultado de exercícios anteriores, conforme nota explicativa constando nas nossas demonstrações financeiras.

Cabe ressaltar que, no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia distribuiu aos acionistas montante global de dividendos intermediários de R\$120.356.457,39 (cento e vinte milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos), tendo como base a reserva de lucros apurada nas demonstrações financeiras do ano anterior. A administração da Companhia propõe que esses dividendos distribuídos sejam imputados ao mínimo obrigatório do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

3. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020, bem como, se instalado, eleger os membros efetivos e suplentes.

Nos termos do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral nos exercícios sociais nos quais os acionistas pedirem tal instalação. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Solicita-se aos acionistas interessados em indicar candidatos ao Conselho Fiscal que o façam, preferencialmente, até 10 (dez) dias úteis antes da data da Assembleia, utilizando-se de notificação por escrito, via e-mail para ri@direcional.com.br informando o nome completo e qualificação do candidato, bem como do seu suplente, acompanhados das informações exigidas pela ICVM 481, relativas aos candidatos para eleição do Conselho Fiscal.

Sem prejuízo, quando tratar-se de inclusão de candidatos no Boletim de Voto a Distância, os acionistas deverão notificar a Companhia por escrito em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da Assembleia, informando o nome, qualificação e currículo profissional completo dos candidatos titular e seu suplente ao Conselho Fiscal, e todas as demais informações descritas no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, disponível no website da Companhia (www.direcional.com.br/ri), no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 (www.b3.com.br), bem como ser detentor de ações que representem, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) do capital social da Companhia, nos termos da ICVM 481.

Na hipótese de inclusão de novos candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto à Distância poderá ser reapresentado pela Companhia com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da Assembleia, nos termos do Art. 21-A, §3º, I, da Instrução CVM 481.

As informações relativas aos candidatos indicados por acionistas serão divulgadas pela Companhia em aviso aos acionistas disponibilizado no sistema IPE da CVM e no website da Companhia em até 1 (um) dia útil após a referida indicação.

Proposta da Administração

A Administração da Companhia foi comunicada pelo acionista controlador da Companhia que ele pretende solicitar a instalação do conselho fiscal para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2021, com intuito de aumentar a governança corporativa considerando o desempenho das atividades de fiscalização da gestão da Administração.

Os candidatos para o Conselho Fiscal do acionista controlador estão indicados no Anexo IV à esta Proposta de Administração, conforme os critérios estabelecidos no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e artigo 162 e 147, da Lei n. 6.404/1976. A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 10 da Instrução CVM 481, as informações indicadas no item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência constam como Anexo IV à presente Proposta da Administração disponível no website da Companhia (www.direcional.com.br/ri), no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 (www.b3.com.br)

4. Fixar o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2021.

Conforme disposto no artigo 31, inciso “c”, do Estatuto Social da Companhia, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho da Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal da Companhia. Nos termos do artigo 20, inciso “y”, do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração distribuir, entre os administradores, individualmente a remuneração, observado o montante global aprovado pela Assembleia Geral.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 12, inciso II, da ICVM 481, as informações indicadas no item 13 do formulário de referência constam como Anexo V e Anexo V(A) à presente Proposta de Administração disponível no *website* da Companhia (www.direcional.com.br/ri), no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 (www.b3.com.br).

Proposta da Administração

A Administração propõe que seja aprovada a proposta de remuneração global anual da Administração para o exercício social de 2021, no valor de até R\$ 11.400.000,00 (onze milhões e quatrocentos mil reais). Maiores informações sobre a proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores estão indicadas nos Anexo V e Anexo V(A) da presente Proposta da Administração.

ANEXO I

**MODELO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
A SE REALIZAR EM 29 DE ABRIL DE 2021**

DIRECIONAL ENGENHARIA S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM nº 21.350

CNPJ nº 16.614.075/0001-00

NIRE 31300025837

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2021**

1. Nome do Acionista
2. CNPJ ou CPF do Acionista E-mail
3. Orientações de Preenchimento O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância na Assembleia Geral Ordinária da Direcional Engenharia S/A, convocada para o dia 29 de abril de 2021, às 10:00 horas (“ AGO ”) nos termos da Instrução CVM n. 481/2009 (“ ICVM 481 ”), conforme alterada. Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do CNPJ (pessoa jurídica) ou do CPF (pessoa física), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido, e, portanto, o acionista seja considerado presente e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da AGO, os seguintes requisitos devem ser observados: (i) todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as suas páginas deverão estar rubricadas; (iii) ao final, o acionista ou seus representantes legais, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e (iv) as assinaturas apostas no boletim deverão ter firmas reconhecidas e deverão ser notariadas, consularizadas ou apostiladas, conforme o caso.
4. Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à Companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante O boletim de voto (“ Boletim ”) deverá ser recebido no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da AGO, por meio de uma das opções abaixo descritas: (i) Mediante (i.a) entrega do Boletim preenchido e assinado na sede da Companhia, em conjunto com a documentação que comprove a representação e poderes, conforme listada na Proposta da Administração da AGO (“ Proposta ”), disponível no site www.direcional.com.br/ri ; ou (i.b) envio de vias digitalizadas do Boletim e da documentação constante na Proposta ao endereço eletrônico ri@direcional.com.br (nesse caso, é solicitado ao acionista também o envio das vias originais e/ou cópias autenticadas via Correios, até a data da AGO). (ii) Mediante instruções de voto transmitidas aos agentes de custódia ou à Itaú Corretora de Valores S.A, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por estes determinadas.

O Agente Escriurador criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto à distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e o passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital.

Os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Recomenda-se aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos.

A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua estrangeira. Serão aceitos os documentos de identidade com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Recebido o Boletim e a documentação exigida, a Companhia cientificará o acionista, manifestando a sua aceitação, ou não, nos termos da ICVM 481, conforme alterada.

5. Endereço postal e eletrônico para envio de boletim de voto à distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à Companhia

Direcional Engenharia S/A

Departamento de Relacionamento com os Investidores.

Rua dos Otoni, n. 177, bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, Brasil, CEP 30150-270.

E-mail: ri@direcional.com.br

A/C: Paulo Henrique Martins de Sousa

6. Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

Itaú Corretora de Valores S/A

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n. 3.500, 3º andar, São Paulo/SP, Brasil, CEP 04538-132.

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

E-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações Assembleia Geral Ordinária (“AGO”)

Deliberação Simples

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Deliberação Simples

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Deliberação Simples

3. Instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021, nos termos do artigo 161 da Lei n. 6.404/1976.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Eleição do Conselho Fiscal por candidato - Limite de vagas a serem preenchidas: 2

4. Indicação de candidatos ao Conselho Fiscal, o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral:

Bruno Lage De Araújo Paulino (Titular) / Roberto Tavares Pinto Coelho (Suplente)

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Paulo Sávio Bicalho (Titular) / Larissa Campos Breves (Suplente)

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Deliberação Simples

5. Fixar o montante global da remuneração da Administração e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social iniciado em 01.01.2021, no valor de até R\$ 11.400.000,00 (onze milhões e quatrocentos mil reais).

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Cidade:

Data:

Assinatura:

Nome do Acionista:

Telefone:

ANEXO II

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

1. Os diretores devem comentar sobre:
--

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Anexo II da Proposta de Administração são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma.

Adicionalmente, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as novas normas que regulam o tratamento contábil de Receita de Contratos de Clientes (IFRS 15/ CPC 47) e de Instrumentos Financeiros (IFRS 9 / CPC48) emitidas pelo IASB e CPC, respectivamente. A Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras refletem os efeitos da adoção destas normas.

Recomendamos a leitura da Seção 4 (a) deste Anexo II – Item 10 do Formulário de Referência da Companhia - “Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente nossos resultados”.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso *website* (www.direcional.com.br/ri) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia, em 31 de dezembro de 2020, apresentou uma relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido de 7%. A Diretoria da Companhia acredita na eficiência de sua estratégia de endividamento reduzido, o que pode ser verificado pela manutenção de uma baixa relação dívida líquida/patrimônio líquido ao longo dos últimos anos:

(valores expressos em milhões de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(A) Empréstimos e Financiamentos	1.031	831	998
Certificados de Recebíveis Imobiliários	602	767	706
Debêntures	252	0	0
Financiamento à Produção ¹	13	44	169
CCB	100	3	106
Capital de Giro	49	0	0
FINAME e Leasing	16	17	16
(B) Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários	927	729	859
Caixa e equivalentes de Caixa	732	534	715
Títulos e Valores mobiliários	195	196	144
(C=A-B) Dívida Líquida (A-B)	- 104	- 102	- 138
(D) Patrimônio Líquido e participação dos não controladores	1.340	1.369	1.393
(E=C/D) Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e participação dos não controladores	7%	7%	10%

⁽¹⁾ Financiamento à Construção compreende linha de crédito destinada a empresas construtoras, incorporadoras ou Sociedades de Propósito Específico ("SPE"), para o Financiamento à Produção de Imóveis com Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS") e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo ("SBPE"). Os custos de financiamento são objeto de capitalização e são contabilizados no custo dos imóveis vendidos quando da venda dos imóveis.

Nossos Diretores confiam que nossos níveis de alavancagem devem se manter em patamares abaixo da média quando comparados a outras empresas do setor. Isso deve ocorrer em função da geração de caixa proveniente (i) da comercialização do estoque de unidades concluídas, e (ii) no caso dos empreendimentos de incorporação, em virtude da adoção do modelo de negócios de repasse na planta. Neste modelo, o cliente obtém o financiamento de sua unidade logo quando é celebrada a venda de sua unidade na planta, ainda durante a construção do empreendimento e não após a conclusão do empreendimento, como ocorre nos demais tipos de financiamentos imobiliários disponíveis no mercado. A disciplina na utilização do capital, também é um elemento importante na estratégia da Companhia, visando evitar um consumo de caixa desnecessário. Um exemplo claro desta disciplina está explícito na forma como constituímos nosso Land Bank, majoritariamente através de permutas e sem excessiva exposição de caixa (em geral, o compromisso financeiro com o vendedor do terreno passa a existir quando passamos a auferir receita com o projeto).

Nossos Diretores entendem que apesar dos desdobramentos da pandemia de covid-19 e do atual ambiente econômico do País terem se mostrado desafiadores em relação ao desenvolvimento da indústria da construção civil, o segmento de incorporação destinado às famílias de baixa e média-baixa renda ainda apresenta elevado nível de demanda (déficit habitacional expressivo, crescimento demográfico, reduzida taxa básica de juros, disponibilidade de crédito imobiliário a custo diferenciado e incentivos governamentais). Além disso, acreditam na melhoria das condições econômicas para os próximos anos e,

por isso, adotou como estratégia aumentar a participação no segmento do PCVA faixas 1,5, 2 e 3¹, no qual a Companhia é responsável pela incorporação do empreendimento, pela sua qualificação no âmbito do programa e pelas vendas das unidades; e na expansão de suas operações no segmento de média-baixa renda, onde a Companhia também é responsável pela incorporação e pelas vendas.

b) Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$ 752.982.399,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.398.749 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 6.693.030 ações eram mantidas em tesouraria.

Abaixo demonstramos a abertura da nossa estrutura por capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao nosso passivo):

(valores em milhões de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Passivo Circulante (a)	572	517	764
Passivo Não Circulante (b)	3.189	2.769	2.494
Patrimônio Líquido e participação dos não controladores (c)	1.340	1.369	1.393
Total (d)	5.101	4.655	4.652
Capital de Terceiros ((a+b)/d)	74%	71%	70%
Capital Próprio (c/d)	26%	29%	30%

Em 31 de dezembro de 2020, nossa estrutura de capital contava com 74% de capital de terceiros e 26% de capital próprio. Nos últimos três anos, a Companhia apresentou aumento na proporção de capital de terceiros em sua estrutura de capital, resultado advindo sobretudo pelo aumento no capital de terceiros de longo prazo. Esse fato é devido, principalmente, à emissão de debênture ocorrida em setembro, que permitiu à Companhia alongar seu perfil de dívida corporativa, e também em decorrência das aquisições de terrenos via permuta física ou financeira, cujo pagamento ao proprietário do terreno ocorre durante o desenvolvimento do projeto, com efeito no alongamento do prazo dos contratos de permuta relacionados aos terrenos adquiridos (contas contábeis de “Credores por imóveis compromissados” e “Adiantamento de clientes” no passivo de nosso balanço patrimonial). Por outro lado, a redução nominal da proporção do capital próprio decorreu do pagamento de dividendos e do saldo maior de ações em tesouraria, fruto do programa de recompra de ações iniciado em novembro e que permanece em vigor.

Adicionalmente, os nossos diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos e, desta forma, continuar gerando valor para os acionistas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

¹ O PMCMV é dividido em diferentes faixas, que se caracterizam como se segue: (i) Faixa 1 – Destinado a famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00. Financiamento pela CEF de até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, conforme a renda bruta familiar. A garantia para o financiamento é o imóvel que o cliente vai adquirir. Neste segmento a empresa atua como uma empreiteira e não é responsável por comercializar as unidades construídas; (ii) Faixa 1,5 – Destinado a famílias com renda mensal de até R\$ 2.600,00. Financiamento pela CEF com taxas de juros de 5% ao ano e até 30 anos de prazo, além de subsídios de até 47,5 mil reais; (iii) Faixa 2 – Destinado a famílias com renda mensal de até R\$ 4.000,00, caracterizado pela concessão de subsídios de até R\$ 29.000,00; (iv) Faixa 3 – Destinado a famílias com renda mensal de até R\$ 7.000,00, caracterizado pela concessão de taxas de juros diferenciadas em relação ao mercado. Nas Faixas 1,5; 2 e 3 do PMCMV a Direcional é Incorporadora e Construtora. Portanto a empresa atua de maneira verticalizada desde a aquisição do terreno, seguido pela aprovação do projeto, vendas e construção.

Os nossos Diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de liquidez adequada e suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos. Considerando nosso perfil de endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez, nossos Diretores entendem que possuímos recursos de capital suficientes para finalizar a totalidade dos empreendimentos lançados e honrar os compromissos assumidos por conta da aquisição de terrenos. Caso seja necessário contrair novos financiamentos, nossos Diretores acreditam que seremos capazes de contratá-los. A tabela abaixo apresenta o cálculo de nosso índice de liquidez corrente:

(valores expressos em milhões de R\$, exceto índice)	2020	2019	2018
Ativo Circulante (a)	2.666	2.333	2.251
Passivo Circulante (b)	572	517	764
Liquidez Corrente (a/b)	4,66	4,52	2,95

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante apresentou aumento em relação a 31 de dezembro de 2019. Isso se deu, principalmente, em razão do aumento nos saldos de fornecedores e de outras contas a pagar, refletindo, principalmente, as aquisições de participações societárias em empresas em que a Companhia mantém investimentos. Do mesmo modo, houve aumento também do ativo circulante no período, impactado principalmente pelas linhas de estoques e de caixa e equivalentes de caixa. Diante disso, o resultado foi o aumento do índice de liquidez em relação ao observado em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2020, bem como em 31 de dezembro de 2019 e 2018, nossa posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 927 milhões, R\$ 729 milhões e R\$ 859 milhões, respectivamente. Segundo nossos Diretores, a evolução na posição de caixa vem acompanhando nosso tamanho operacional e, assim, garante a manutenção de nossa capacidade de pagamentos em relação aos compromissos assumidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Financiamos nossas atividades predominantemente com capital próprio, com o caixa gerado pelas atividades operacionais e com contratos de financiamentos.

Adicionalmente, quando os diretores julgarem necessário, a Companhia acessa o mercado de capitais para emissão títulos, ou contrata financiamentos corporativos e ligados à produção.

Ainda no curso normal de nossas atividades, em montante significativamente menor, investimos na aquisição de máquinas e equipamentos que são destinados à mecanização e industrialização dos canteiros de obra. Para aquisição destes equipamentos, conforme o caso, a Companhia poderá contratar financiamentos, primordialmente, por meio de operações de *leasing*.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Sem prejuízo da análise de novas fontes de financiamento, nossos Diretores pretendem continuar acessando a fonte de financiamento com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), cuja

amortização se dá por meio da transferência dos recebíveis dos clientes a instituições financeiras. Para mais informações sobre as características dessa modalidade de financiamento, vide os itens “d” acima e “f” abaixo deste item 10.1. Os referidos financiamentos serão primordialmente utilizados para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários.

No curso de nossos negócios, esperamos continuar adquirindo maquinário utilizado no processo de construção industrializado, mencionado anteriormente. Em tais casos, nossos diretores vão buscar as fontes de financiamento usuais (Finame, *Leasing* e *Leasing* Importação entre outros), descritos no item a seguir.

Adicionalmente, nossos Diretores continuarão estudando e analisando oportunidades de financiamento corporativo e de mercado de capitais que estejam em linha com a nossa estratégia e cujas condições de mercado sejam atrativas.

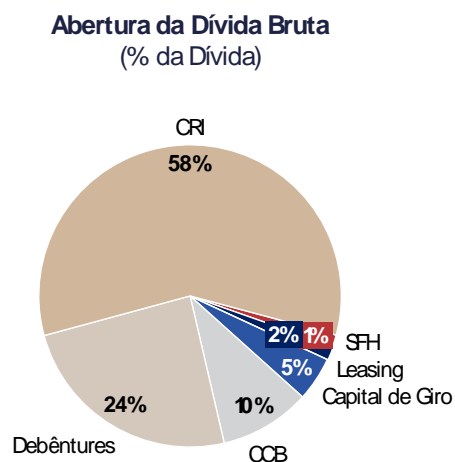
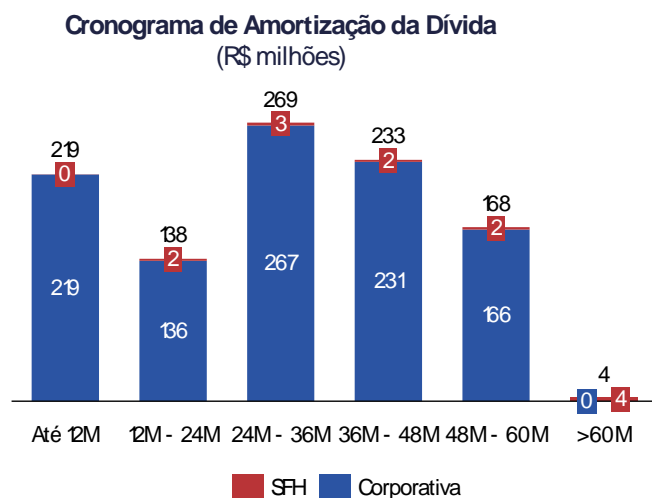
f) Níveis de endividamento e características das dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Calculamos a dívida bruta pela somatória das contas contábeis empréstimos e financiamentos no passivo circulante e passivo não circulante de nosso balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total de empréstimos e financiamentos era de R\$ 1.031 milhões (equivalente a 77% do patrimônio líquido na mesma data), enquanto a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 927 milhões, o que resulta em uma posição de dívida líquida confortável sob o ponto de vista de nossos Diretores, correspondente a R\$ 104 milhões. Nossa dívida bruta total (que compreende a soma de empréstimos, financiamentos do passivo circulante e do passivo não circulante) foi de R\$ 831 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 998 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2020, 79% da dívida bruta tinha perfil de longo prazo, comparado a 74% e 55% em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Os gráficos abaixo evidenciam o cronograma de amortização da dívida da Companhia em 31 de dezembro de 2020, bem como a composição da dívida por tipo de instrumento:



Os nossos Diretores entendem que os valores acima demonstram um comportamento do perfil da dívida adequado ao nosso ciclo operacional. O alongamento do endividamento está diretamente relacionado às emissões de certificados de recebíveis imobiliários lastreados em títulos de emissão da Companhia ocorridas durante os exercícios de 2018 e 2019, e à emissão de debêntures ocorrida em 2020.

Cabe destacar que na maioria dos nossos empreendimentos, os financiamentos à produção são amortizados mediante o repasse do saldo devedor do comprador do imóvel junto à Companhia para a instituição financeira provedora do financiamento utilizado na condução do empreendimento, ou para outra instituição financeira de preferência do cliente. Nesses casos, o cronograma de amortização desta modalidade de financiamento não resulta em exposição de caixa para a Companhia.

Seguem abaixo posições de dívida bruta da Companhia para as datas indicadas:

Dívida Bruta (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Financiamento à Construção	13	44	169
FINAME e leasing financeiro de equipamentos	16	17	16
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	602	767	706
CCB	100	3	106
Capital de Giro	49	-	-
Debêntures	252	-	-
Total	1.031	831	998
Parcela Circulante	219	213	449
Parcela não Circulante	812	619	549

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são divididos em seis principais modalidades, a saber:

Financiamento à construção:

Essa modalidade de empréstimo tem por objetivo financiar os empreendimentos durante seu período de construção. As taxas de juros aplicáveis a esses empréstimos variam, conforme a operação, entre 8,3% e 9,75% ao ano, com correção pela TR e também a 137% do CDI. Essas operações são garantidas por hipotecas dos imóveis dos respectivos empreendimentos. O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia sob essa modalidade em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 13 milhões.

Leasing:

Essa modalidade de empréstimos tem por finalidade financiar investimentos em máquinas e equipamentos utilizados em nosso processo construtivo, nos nossos canteiros de obra. As taxas de juros aplicáveis a estes empréstimos são, conforme a operação, juros variáveis com spread sobre o CDI de 1,49% a 3,43% ao ano. Essas operações são garantidas pelas próprias máquinas e equipamentos adquiridos com os empréstimos. O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia sob essa modalidade em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 16 milhões.

Certificado de recebíveis imobiliários – CRI:

Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A Companhia participou de emissões de CRI na qualidade de devedora dos créditos imobiliários, conforme descrito a seguir:

- (i) CRI 107ª Série: Foram emitidos 266.000 CRI com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data de 26 de outubro de 2017. O valor total da Emissão foi de R\$ 266 milhões, com data de vencimento em 09 de abril de 2021. Os créditos imobiliários eram oriundos de debêntures de emissão da Companhia, com valor total da emissão de R\$ 266 milhões, na data de emissão das debêntures, e foram representados por uma cédula de crédito imobiliária tendo como emissora a Ápice Securitizadora S.A.. A remuneração dos CRI, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRI desde a data de emissão dos CRI, é composta por juros remuneratórios 0,80% ao ano mais a variação acumulada da Taxa DI. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, para a operação. O saldo em aberto dessa operação, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 88 milhões.

- (ii) CRI 175ª Série: Foram emitidos 258.000 CRI, com preço de integralização sujeito a um deságio variável durante o período de distribuição dos CRI, com data de emissão em 10 de dezembro de 2018. O valor total da emissão foi de R\$ 247 milhões, com data de vencimento em 16 de dezembro de 2024. Os créditos imobiliários eram oriundos de debêntures de emissão da Companhia, com valor total da emissão de R\$ 258 milhões, na data de emissão das debêntures, e foram representados por uma cédula de crédito imobiliária tendo como emissora a Ápice Securitizadora S.A.. Os CRI são remunerados por taxa de juros de 4% a.a. e estão sujeitas a correção monetária conforme a variação do IPCA. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, para a operação. Em abril de 2020, foi feito um instrumento financeiro derivativo (SWAP), de mesmo prazo (até dezembro de 2024), para proteção de sua exposição ao IPCA. Tal operação teve como objetivo a proteção patrimonial, minimizando os efeitos das mudanças nas taxas através da substituição IPCA mais spread fixo de 5,0814% por CDI mais spread fixo de 2,78%. Apesar do vencimento em 2024, a Companhia optou pelo desmonte da operação, o qual ocorreu no mês de julho de 2020. O saldo em aberto do CRI 175ª Série, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$265 milhões.

- (iii) CRI 193ª Série: Foram emitidos 250.000 CRI com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data de 03 de julho de 2019. O valor total da emissão foi de R\$ 250 milhões, com data de vencimento em 04 de julho de 2025. Os créditos imobiliários eram oriundos de debêntures de emissão da Companhia com valor total da emissão de R\$ 250 milhões, na data de emissão das debêntures, e foram representados por uma cédula de crédito imobiliária tendo como emissora a Ápice Securitizadora S.A.. A remuneração dos CRI, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRI desde a data de emissão dos CRI, é composta por 104% da variação acumulada da Taxa DI. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, para a operação. O saldo em aberto dessa operação, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$248 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (CCB):

Essa modalidade de empréstimo tem por finalidade financiar a necessidade de capital para investimentos da Companhia. A Companhia possui CCB Plano Empresário Final, com taxa corrigida pelo CDI + 2,00% ao ano e CCB Compror, com taxa corrigida pelo CDI + 2,50% ao ano. O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia nessa modalidade era de R\$ 100 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Capital de Giro:

Empréstimo externo emitido no âmbito da linha de crédito Loan 4131. A taxa de câmbio fechada para a operação foi R\$5,3350. A emissão ocorreu em março de 2020 e tem vencimento em um ano. A taxa de juros contratada nessa modalidade foi de 2,3625% a.a. Para essa operação, foi feito um instrumento financeiro derivativo (SWAP), de mesmo prazo (março de 2020 a março de 2021), para proteção de sua exposição a moeda estrangeira. Tal operação tem como objetivo a proteção patrimonial, minimizando os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio através da substituição BRL/EUR por CDI mais spread fixo de 4%. O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia nessa modalidade era de R\$ 49 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Debêntures:

Em setembro de 2020, a Companhia realizou a 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, e com vencimento em 21 de setembro de 2025. Foram emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures, cujo valor unitário na data da emissão foi de R\$ 1.000,00 (mil reais). Incidem sobre o valor nominal unitário das debêntures juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de spread equivalente a 2,85%. O saldo devedor nessa modalidade em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 252 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Como detalhado no item “f(i)” acima, parte dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia são oriundos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), cujos recursos são utilizados para o desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária em SPEs e Sociedades em Conta de Participação. Optamos por adotar em todos os projetos o regime tributário de Patrimônio de Afetação, cuja normas estabelecem a segregação do patrimônio do empreendimento do patrimônio do incorporador. Além disso, tais operações de crédito contratadas junto às instituições financeiras contam com garantias reais atreladas ao respectivo projeto, como por exemplo a hipoteca das unidades.

Adicionalmente, possuímos outras modalidades de financiamento que contam com garantias reais, a saber:

- Operações de *Leasing*: o ativo objeto do financiamento é oferecido como garantia à instituição financeira.

Exceto por tais situações, de acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, nenhum tem precedência com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Alguns contratos de financiamento celebrados com instituições financeiras possuem cláusulas usualmente praticadas no mercado, incluindo a hipótese de vencimento antecipado no caso de alienação de controle societário, limitações à venda de parcela substancial dos ativos da Companhia, a determinadas operações de redução de capital, a certas mudanças de objeto social, a operações societárias de fusão, cisão e incorporação, dentre outras.

Além disso, alguns contratos e títulos impõem à Companhia determinadas restrições, dentre as quais as destacadas a seguir:

- Cláusula de vencimento antecipado não-automático: não observância do seguinte índice financeiro, calculado pela Companhia, com relação às suas demonstrações financeiras consolidadas, conforme aplicável, em bases consolidadas e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados, pelo agente fiduciário, trimestralmente ("Índice Financeiro"): Dívida Líquida / Patrimônio Líquido < 0,5 (cinquenta centésimos). Para os fins de cálculo do Índice Financeiro, considera-se (a) "Dívida Líquida": corresponde ao somatório da dívida onerosa da Companhia, representada pelos empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais, nacional ou internacional, tais como financiamento à produção, leasing, debêntures, cessão de recebíveis, certificado de recebíveis imobiliários (CRI) e securitização de recebíveis, registradas no passivo circulante e não circulante, subtraído das disponibilidades (que corresponde ao somatório das rubricas "caixa e equivalente de caixa" e "aplicações financeiras"), em qualquer caso, conforme demonstrado no balanço patrimonial constante de suas demonstrações financeiras consolidadas; (b) "Patrimônio Líquido": o patrimônio líquido consolidado da Companhia, conforme demonstrado no balanço patrimonial constante de suas demonstrações financeiras consolidadas.
- Cláusula de vencimento antecipado não-automático: cisão, fusão ou incorporação da Companhia por outra sociedade.
- Cláusula de vencimento antecipado não-automático: mudanças de controle societário, direto e/ou indireto, da Companhia, sem o consentimento prévio por escrito dos debenturistas.
- Cláusula de vencimento antecipado não-automático: Protestos de títulos contra a Devedora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) corrigido pelo IPCA, *pro rata temporis*, desde a primeira data de integralização, e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que a Devedora tiver ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Devedora no prazo supra mencionado.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, conforme aplicáveis.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A tabela abaixo evidencia os limites de financiamentos contratados pela Companhia já utilizados e disponíveis nas datas indicadas:

R\$ Milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:		
	2020	2019	2018
Limite Contratado	1.361	1.134	1.311
Limite Utilizado	793	582	589
% Disponível	42%	49%	55%

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre nossa situação patrimonial e financeira.

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 31 de dezembro de 2019.

Ativo

Ativo (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Variação 2020/2019
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalente de Caixa	732	14%	534	11%	37%
Aplicações Financeiras	195	4%	196	4%	-0%
Contas a Receber	247	5%	348	7%	-29%
Estoques	1.268	25%	1.081	23%	17%
Crédito com Partes Relacionadas	37	1%	45	1%	-17%
Tributos a Recuperar	21	0%	25	1%	-14%
Contas a Receber por Alienação de Investimentos	50	1%	23	0%	122%
Outros Créditos	116	2%	84	2%	38%
Total do Ativo Circulante	2.666	52%	2.333	50%	14%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber	129	3%	97	2%	33%
Estoques	2.071	41%	2.009	43%	3%
Créditos com Partes Relacionadas	2	0%	-	0%	-
Depósitos Judiciais	16	0%	16	0%	-3%
Contas a Receber por Alienação de Investimentos	31	1%	30	1%	3%
Outros Créditos	10	0%	11	0%	-6%
	2.258	44%	2.163	46%	4%
Investimentos	73	1%	49	1%	49%
Imobilizado	90	2%	102	2%	-12%
Intangível	14	0%	8	0%	81%
	177	3%	159	3%	11%
Total do Ativo Não Circulante	2.435	48%	2.321	50%	5%
Total do Ativo	5.101	100%	4.655	100%	10%

Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, a conta caixa e equivalentes e aplicações financeiras totalizou R\$ 927 milhões, apresentando um aumento de 27% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 729 milhões. Esse incremento no caixa deveu-se, principalmente, à captação de debênture emitida nos termos da Instrução 476, realizada em setembro, cujo valor atingiu R\$250 milhões.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber, circulante e não circulante, era de R\$ 375 milhões, 16% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2019 de R\$ 444 milhões, mesmo considerando o maior volume de receita líquida apropriada no exercício de 2020. Essa redução deveu-se, principalmente à (i) maior velocidade de conversão de contas a receber em caixa por repasse e construção dos projetos do PCVA e (ii) conclusão de obras do segmento de média-baixa renda com repasse do saldo de contas a receber para os bancos. Por fim, vale ressaltar que segundo regras contábeis atuais, o reconhecimento de contas a receber é proporcional ao índice de execução das respectivas obras (*Percentage of Completion - PoC*).

Imóveis a Comercializar e Estoque de terrenos a incorporar

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de imóveis a comercializar e terrenos a incorporar, circulante e não circulante, totalizou R\$ 3.339 milhões, 8% acima do total registrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 3.089 milhões. Esse aumento deveu-se, fundamentalmente, aos custos incorridos na construção de unidades que ainda estão em estoque e à contabilização de novos terrenos adquiridos como estratégia de garantir o crescimento futuro, tanto no segmento focado em baixa renda, quanto nos projetos voltados para o público de média-baixa renda.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de créditos com Partes relacionadas totalizou R\$ 39 milhões, considerando as parcelas circulante e não circulante, apresentando uma redução de 13% em relação aos R\$ 45 milhões totalizados em 31 de dezembro de 2019. A redução dos créditos com partes relacionados deve-se, sobretudo, ao menor volume de mútuos ativos com sócios minoritários.

Ativo Permanente

Nosso ativo permanente totalizou R\$ 177 milhões em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 11% em relação ao valor de R\$ 159 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa conta é composta, principalmente, por ativos imobilizados e investimentos em empresas controladas em conjunto. É válido destacar que desde 1º de janeiro de 2019, foi adotada a norma CPC06, em substituição ao IAS 17, por meio da qual os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil.

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Variação 2020/2019
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	219	4%	213	5%	3%
Fornecedores	90	2%	52	1%	75%
Obrigações Trabalhistas	28	1%	31	1%	-8%
Obrigações Tributárias	25	0%	23	0%	10%
Financiamento por arrendamento	10	0%	8	0%	17%
Credores por Imóveis Compromissados	77	2%	94	2%	-18%
Adiantamento de Clientes	22	0%	38	1%	-41%
Outras Contas a Pagar	50	1%	19	0%	161%
Provisão para Garantia	27	1%	21	0%	32%
Débitos com Partes Relacionadas	23	0%	19	0%	23%
Total do Passivo Circulante	572	11%	517	11%	11%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	812	16%	619	13%	31%
Fornecedores	17	0%	13	0%	33%
Provisão para Garantia	12	0%	15	0%	-25%
Obrigações Tributárias	4	0%	4	0%	-8%
Financiamento por arrendamento	30	1%	33	1%	-11%
Credores por Imóveis Compromissados	1.878	37%	1.639	35%	15%
Adiantamento de Clientes	373	7%	368	8%	1%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	29	1%	34	1%	-14%
Outras Contas a Pagar	35	1%	43	1%	-20%
Débitos com partes relacionadas	-	0%	-	0%	-
Total do Passivo Não Circulante	3.189	63%	2.769	59%	15%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	753	15%	753	16%	0%
Reservas de Capital	208	4%	208	4%	0%
Outorga de Opção de Ações	4	0%	6	0%	-32%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-19	0%	-19	0%	2%
Ações em Tesouraria	-52	-1%	-32	-1%	63%
Reservas de Lucros	332	7%	340	7%	-2%
Total do Patrimônio Líquido	1.226	24%	1.257	27%	-2%
Participantes não Controladores em SCPs e SPEs	114	2%	112	2%	1%
Total do Patrimônio Líquido + Participantes em SPEs e SCPs	1.340	26%	1.369	29%	-2%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	5.101	100%	4.655	100%	10%

Empréstimos e Financiamentos

Para a análise da variação de nossa posição de empréstimos e financiamentos, vide itens 10.1.c.d.e.f. acima.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta “Fornecedores” correspondeu a R\$ 107 milhões na soma das parcelas circulante e não circulante, um acréscimo de 66% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 65 milhões.

Obrigações Trabalhistas e Obrigações Tributárias

A conta obrigações trabalhistas inclui salários a pagar, encargos a recolher, provisão para férias e outros relacionados. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de obrigações trabalhistas era de R\$ 28 milhões, decréscimo de 8% em relação ao saldo observado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 31 milhões. Essa variação deve-se, sobretudo, a diminuição nas linhas de salários a pagar e de provisões.

A conta de obrigações tributárias é composta principalmente pela provisão de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS sobre os imóveis vendidos. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das obrigações tributárias, circulante e não circulante, era de R\$ 29 milhões, valor 7% acima do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 27 milhões.

Credores por Imóveis Compromissados

O saldo da conta de credores por imóveis compromissados é representado pelo compromisso decorrente da aquisição de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de “Credores por Imóveis Compromissados”, circulante e não circulante, chegou a R\$ 1.955 milhões, um aumento de 13% sobre o saldo de R\$ 1.733 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento do saldo desta conta deveu-se, principalmente, à aquisição de terrenos por meio de instrumento conhecido no setor como permuta financeira, que consiste no pagamento do terreno ao proprietário permutante conforme recebimento do preço de venda das unidades do empreendimento do cliente.

Adiantamento de Clientes

O saldo de adiantamento de clientes representa o compromisso de entrega de unidades prontas e acabadas de empreendimentos imobiliários, decorrente da aquisição de terrenos para incorporação por meio de permuta física e adiantamentos recebidos de clientes decorrentes de vendas de unidades.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de “adiantamento de clientes” totalizava R\$ 395 milhões, correspondendo a uma redução de 3% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, de R\$ 406 milhões. Durante o ano de 2020, essa conta foi impactada, sobretudo, pela evolução da construção de unidades permutadas e respectiva baixa contábil, nos termos das normas vigentes.

Outras Contas a Pagar

A rubrica inclui, principalmente, eventuais débitos com clientes, parceiros e contas a pagar por aquisições de participações societárias em que mantemos investimentos. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de outras contas a pagar, nas parcelas circulante e não circulante, era de R\$ 84 milhões, representando crescimento de 35% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 62 milhões. A variação deveu-se, sobretudo, a um valor maior de contas a pagar em decorrência de aquisições de participação societárias ocorridas no período.

Provisão para Garantia

Durante o curso normal de nossos negócios, a Companhia constitui provisões para gastos com as garantias durante o período de construção, apenas para unidades já comercializadas, de forma que eventuais custos incorridos com manutenção, após a entrega das chaves das unidades imobiliárias, serão deduzidos da provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de provisão para garantias totalizava R\$ 39 milhões, 8% acima do saldo provisionado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 36 milhões. O aumento desta conta está relacionado ao maior volume de unidades em construção.

Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Durante o curso normal de nossos negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos, relacionados a causas tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base na análise dos riscos identificados e assessorados por consultores legais, constituímos provisão para contingências para fazer face às eventuais demandas.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de provisão para contingências totalizava R\$ 29 milhões, 14% a menor que o valor provisionado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 34 milhões. Essa diferença se deu, principalmente, em função das reversões e pagamentos terem sido maiores que as constituições de provisão ocorridas no período.

Ações em tesouraria

Objetivando a maximização de valor para os acionistas, o Conselho de Administração aprovou, em 09 de novembro de 2020, programa de recompra de ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria, podendo ser posteriormente canceladas ou alienadas.

Diante disso, em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de ações em tesouraria totalizava R\$ 52 milhões, um aumento de 63% em relação ao valor de R\$ 32 milhões, em 31 de dezembro de 2019.

Participações em SCPs, SPEs e participações de minoritários

A conta participação em Sociedades por Conta de Participação (“SCP”) e SPEs representa a participação de terceiros nas sociedades em que somos controladores.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta participação de não controladores em SCPs e SPEs era de

R\$ 114 milhões, 1% acima do que os R\$ 112 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Patrimônio Líquido era R\$ 1.339 milhões, 2% inferior aos R\$ 1.369 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2019. A variação desta conta deve-se, principalmente, ao lucro gerado no período, de R\$ 113 milhões, à distribuição de dividendos no valor de R\$ 120 milhões e ao programa de recompra de ações, que em 2020 totalizou volume de R\$ 21 milhões.

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 31 de dezembro de 2018.

Ativo

Ativo (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Em 31 de dezembro de 2018	% Total	Variação 2019/2018
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalente de Caixa	534	11%	715	15%	-25%
Aplicações Financeiras	196	4%	144	3%	36%
Contas a Receber	348	7%	395	8%	-12%
Estoques	1.081	23%	823	18%	31%
Crédito com Partes Relacionadas	45	1%	71	2%	-37%
Tributos a Recuperar	25	1%	26	1%	-6%
Contas a Receber por Alienação de Investimentos	23	0%	2	0%	1018%
Outros Créditos	84	2%	74	2%	13%
Total do Ativo Circulante	2.333	50%	2.251	48%	4%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber	97	2%	121	3%	-20%
Estoques	2.009	43%	2.090	45%	-4%
Créditos com Partes Relacionadas	-	0%	1	0%	-100%
Depósitos Judiciais	16	0%	15	0%	9%
Contas a Receber por Alienação de Investimentos	30	1%	28	1%	6%
Outros Créditos	11	0%	10	0%	5%
	2.163	46%	2.266	49%	-5%
Investimentos	49	1%	64	1%	-24%
Imobilizado	102	2%	66	1%	54%
Intangível	8	0%	4	0%	76%
	159	3%	135	3%	18%
Total do Ativo Não Circulante	2.321	50%	2.401	52%	-3%
Total do Ativo	4.655	100%	4.652	100%	0%

Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a conta caixa e equivalentes e aplicações financeiras totalizou R\$ 729 milhões, apresentando uma redução de 18% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 859 milhões. Esta redução do caixa deveu-se, principalmente, à amortização de empréstimos e financiamentos, bem como ao pagamento de dividendos durante a exercício de 2019.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber, circulante e não circulante, era de R\$ 444 milhões, 16% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R\$ 516 milhões, mesmo considerando o maior volume de receita líquida apropriada no exercício de 2019. Essa redução deveu-se, principalmente à (i) maior velocidade de conversão de contas a receber em caixa por repasse e construção dos projetos no segmento PMCMV 2 e 3 e (ii) conclusão de obras do segmento de média renda com repasse do saldo de contas a receber para os bancos. Por fim, vale ressaltar que segundo regras contábeis atuais, o reconhecimento de contas a receber é proporcional ao índice de execução das respectivas obras (*Percentage of Completion - PoC*).

Imóveis a Comercializar e Estoque de terrenos a incorporar

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de imóveis a comercializar e terrenos a incorporar, circulante e não circulante, totalizou R\$ 3.090 milhões, 6% acima do total registrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 2.913 milhões. Este aumento deveu-se, fundamentalmente, aos custos incorridos na construção de unidades que ainda estão em estoque e à contabilização de novos terrenos adquiridos como estratégia de garantir o crescimento futuro, sobretudo de terrenos no voltados para o público de média/baixa renda.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de créditos com Partes relacionadas totalizou R\$ 45 milhões, apresentando uma redução de 60% em relação aos R\$ 72 milhões totalizados em 31 de dezembro de 2018. A redução dos créditos com partes relacionados se deve principalmente, ao menor volume de mútuos ativos com sócio minoritários.

Ativo Permanente

Nosso ativo permanente totalizou R\$ 159 milhões em 31 de dezembro de 2019, crescimento de 15% em relação ao valor de R\$ 135 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta conta é composta, principalmente, por ativos imobilizados e investimentos em empresas controladas em conjunto. Adotamos em 1º de janeiro de 2019 a norma CPC06, que substituiu o IAS 17 por meio da qual os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Dada mudança, reconhecemos R\$ 40 milhões na conta de Ativo Imobilizado.

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Em 31 de dezembro de 2018	% Total	Variação 2019/2018
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	213	5%	449	10%	-53%
Fornecedores	52	1%	76	2%	-32%
Obrigações Trabalhistas	31	1%	26	1%	17%
Obrigações Tributárias	23	0%	23	1%	-1%
Credores por Imóveis Compromissados	94	2%	92	2%	2%
Adiantamento de Clientes	38	1%	13	0%	192%
Outras Contas a Pagar	27	1%	55	1%	-50%
Provisão para Garantia	21	0%	11	0%	89%
Débitos com Partes Relacionadas	19	0%	19	0%	0%
Total do Passivo Circulante	517	11%	764	16%	-32%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	619	13%	549	12%	13%
Fornecedores	13	0%	1	0%	1098%
Provisão para Garantia	15	0%	19	0%	-20%
Obrigações Tributárias	4	0%	4	0%	5%
Credores por Imóveis Compromissados	1.639	35%	1.467	32%	12%
Adiantamento de Clientes	368	8%	397	9%	-7%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	34	1%	31	1%	8%
Outras Contas a Pagar	77	2%	26	1%	196%
Total do Passivo Não Circulante	2.769	59%	2.494	54%	11%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	753	16%	753	16%	0%
Reservas de Capital	198	4%	204	4%	-3%
Outorga de Opção de Ações	16	0%	12	0%	32%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-19	0%	-19	0%	0%
Ações em Tesouraria	-32	-1%	-38	-1%	-15%
Reservas de Lucros	341	7%	371	8%	-8%
Total do Patrimônio Líquido	1.257	27%	1.283	28%	-2%
Participantes não Controladores em SCPs e SPEs	112	2%	111	2%	2%
Total do Patrimônio Líquido + Participantes em SPEs e SCPs	1.369	29%	1.393	30%	-2%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	4.655	100%	4.652	100%	0%

Empréstimos e Financiamentos

Para a análise da variação de nossa posição de empréstimos e financiamentos, vide itens 10.1.c.d.e.f. acima.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta “Fornecedores” correspondeu a R\$ 65 milhões, uma redução de 16% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 77 milhões. Este desempenho pode ser explicado pela redução nos empreendimentos MCMV Faixa 1 nos quais, considerando a escala os canteiros de obra há maior diferimento de pagamento de fornecedores.

Obrigações Trabalhistas e Obrigações Tributárias

A conta obrigações trabalhistas inclui salários a pagar, encargos a recolher, provisão para férias e outros relacionados. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de obrigações trabalhistas era de R\$ 31 milhões, aumento de 17% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 26 milhões. Esse crescimento se deve a maior quantidade de empregados da companhia durante o ano de 2019, em virtude de maior volume de obras em andamento e aumento do número de funcionários.

A conta de obrigações tributárias é composta principalmente pela provisão de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS sobre os imóveis vendidos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das obrigações tributárias, circulante e não circulante, era de R\$ 27 milhões, em linha com o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 27 milhões.

Credores por Imóveis Compromissados

O saldo da conta de credores por imóveis compromissados é representado pelo compromisso decorrente da aquisição de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de “Credores por Imóveis Compromissados”, circulante e não circulante, chegou a R\$ 1.733 milhões, um aumento de 11% sobre o saldo de R\$ 1.559 milhões de 31 de dezembro de 2018. O aumento do saldo desta conta deveu-se, principalmente, a aquisição de terrenos por meio de instrumento conhecido no setor como permuta financeira, que consiste no pagamento do terreno ao proprietário permutante conforme recebimento do preço de venda das unidades do empreendimento do cliente.

Adiantamento de Clientes

O saldo de adiantamento de clientes representa o compromisso de entrega de unidades prontas e acabadas de empreendimentos imobiliários, decorrente da aquisição de terrenos para incorporação por meio de permuta física e adiantamentos recebidos de clientes decorrentes de vendas de unidades.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de “adiantamento de clientes” totalizava R\$ 406 milhões, correspondendo a uma redução de 1% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, de R\$ 410 milhões. Durante o ano de 2019, essa conta foi impactada negativamente, principalmente, pela evolução da construção de unidades permutadas e respectiva baixa contábil, nos termos das normas vigentes.

Provisão para Garantia

Durante o curso normal de nossos negócios, a Companhia constitui provisões para gastos com as garantias durante o período de construção, apenas para unidades já comercializadas, de forma que eventuais custos

incorridos com manutenção, após a entrega das chaves das unidades imobiliárias, serão deduzidos da provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de provisão garantia totalizava R\$ 36 milhões, 19% acima do saldo provisionado em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 30 milhões. O aumento desta conta está relacionado ao maior volume de unidades em construção.

Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Durante o curso normal de nossos negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos, relacionados a causas tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base na análise dos riscos identificados e assessorados por consultores legais, constituímos provisão para contingências para fazer face às eventuais demandas.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de provisão para contingências totalizava R\$ 34 milhões, 8% acima do valor provisionado em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 31 milhões. Essa diferença se deu, principalmente, em razão do aumento de condenações no período em ações pulverizadas.

Participações em SCPs, SPEs e participações de minoritários

A conta participação em Sociedades por Conta de Participação (“SCP”) e SPEs representa a participação de terceiros nas sociedades em que somos controladores.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta participação de não controladores em SCPs e SPEs era de R\$ 112 milhões, 2% acima do que o apresentado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 111 milhões, sendo que a variação decorreu, principalmente, pelo maior volume de projetos desenvolvidos com participação de sócios minoritários.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Patrimônio Líquido era R\$ 1.369 milhões, 2% inferior aos R\$ 1.393 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2018. A variação desta conta deve-se, principalmente, ao lucro gerado no período de R\$ 100 milhões e à distribuição de dividendos no valor de R\$ 130 milhões.

Demonstrações do Resultado Consolidado dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020	% Total	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	% Total	Variação 2020/2019
Receita Líquida	1.501	100%	1.458	100%	3%
Custo da Venda Imóveis e Serv. Prestados	-978	-65%	-967	-66%	1%
Lucro Bruto	523	35%	491	34%	6%
Despesas Gerais e Adm.	-116	-7%	-112	-8%	3%

Despesas Comerciais	-158	-11%	-146	-10%	8%
Resultado com Equivalência Patrimonial	3	0%	2	0%	45%
Outras Receitas (e despesas) Operacionais	-31	-2%	-42	-3%	-26%
Despesas Financeiras	-84	-5%	-80	-5%	5%
Receitas Financeiras	44	3%	41	3%	8%
Receitas (Despesas) Operacionais	-341	-23%	-337	-23%	1%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	181	12%	154	11%	18%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-31	-2%	-33	-2%	-6%
Resultado Líquido do Período	150	10%	121	8%	24%
Participantes em SCPs e SPEs	-37	-2%	-20	-1%	82%
Resultado Líquido atribuível a Direcional Engenharia S.A.	113	8%	100	7%	13%

Receita Operacional Líquida

A receita líquida totalizou R\$1.501 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, um crescimento de 3% em relação aos R\$ 1.458 milhões do mesmo período do ano anterior. As variações na receita são explicadas a seguir:

- Venda de Imóveis: A receita bruta relativa à venda de imóveis somou R\$ 1.567 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 16% quando comparado aos R\$ 1.352 milhões do mesmo período de 2019. Esse movimento deveu-se ao maior volume de unidades vendidas.
- Prestação de Serviços: A receita bruta decorrente da prestação de serviços atingiu R\$ 72 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma retração de 62% em relação ao mesmo período de 2019. Essa variação na receita bruta com prestação de serviços é resultado da redução do volume de construção das obras nos projetos contratados no segmento Faixa 1 do antigo PMCMV, no qual prestamos exclusivamente serviços de construção dos empreendimentos.
- As deduções de receita correspondem principalmente a devoluções de valores por vendas canceladas e impostos sobre vendas de imóveis e prestação de serviço (PIS, COFINS e ISS). No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as deduções corresponderam a R\$ 138 milhões, aumento de 67% em relação ao valor de R\$ 83 milhões em 2019.

Custo com Venda de Imóveis e Serviços Prestados

O custo dos imóveis vendidos e serviços prestados aumentou de R\$ 967 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando representou 66% da receita operacional líquida, para R\$ 978 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 65% da receita líquida, um aumento de 1% no período. A variação percentual nos custos, portanto, foi menor que a registrada na linha das receitas.

A redução da representatividade dos custos em relação a receita deveu-se, principalmente, ao foco da Companhia no segmento de baixa e média-baixa rendas, com reflexo em maior participação deste segmento na receita, que possui margem superior aos demais segmentos.

Lucro Bruto

Como resultado desse desempenho, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto chegou a R\$ 523 milhões, valor 6% superior em comparação com o atingido no mesmo período do ano anterior, de R\$ 491 milhões. A margem bruta acumulada foi de 35%, um aumento de 1 p.p. em relação àquela percebida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, de 34%.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas (incluindo a remuneração da Administração) totalizaram R\$ 116 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 3% quando comparado com o mesmo período do ano de 2019, quando a rubrica somou R\$ 112 milhões. Esse resultado está relacionado diretamente ao crescimento da Companhia, conforme evidenciado pelo crescimento da receita, uma vez que um quadro de funcionários maior é necessário para fazer frente ao crescimento operacional da Companhia.

Entretanto, apesar do crescimento, a representatividade das despesas gerais e administrativas sobre a receita bruta ficou em 7,1% ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representa uma diluição de 0,2 p.p. em comparação com a representatividade observada no encerramento do exercício de 2019.

Despesas Comerciais

As despesas comerciais incluem, principalmente, os gastos com comissões sobre vendas, propagandas e publicidade e depreciação dos *stands* de vendas e apartamentos modelo. As despesas comerciais passaram de R\$ 146 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 10,8% da receita bruta de incorporação, para R\$ 158 milhões ao final do período base de 2020, passando a representar 10,1% da receita bruta de incorporação da Companhia. Essa diluição de 0,7 p.p. evidencia que as despesas comerciais cresceram em ritmo inferior ao crescimento da receita de incorporação no período.

Resultado Financeiro

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado financeiro totalizou resultado negativo de R\$ 40 milhões, comparado com negativos R\$ 39 milhões no mesmo período de 2019. Contribuíram para esse incremento de 2%, principalmente, (i) as despesas oriundas de operação de cessão de carteira de crédito e (ii) a aceleração do IPCA, sobretudo no final do ano, que provocou aumento nas despesas com juros da dívida atrelada ao índice.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social correspondeu a R\$ 31 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando 2% da receita operacional líquida, comparado a R\$ 33 milhões no mesmo período de 2019, representando também 2% da receita operacional líquida.

Resultado Líquido atribuível a Direcional Engenharia S.A

Considerando o desempenho apresentado, a Direcional acumulou lucro líquido de R\$ 113 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 13% em comparação ao mesmo período de 2019, quando o lucro líquido foi de R\$ 100 milhões. O resultado líquido é explicado, principalmente, pelas variações nas contas supracitadas.

Demonstrações do Resultado Consolidado dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	% Total	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018	% Total	Variação 2019/2018
Receita Líquida	1.458	100%	1.166	100%	25%
Custo da Venda Imóveis e Serv. Prestados	-967	-66%	-849	-73%	14%
Lucro Bruto	491	34%	317	27%	55%
Despesas Gerais e Adm.	-112	-8%	-100	-9%	12%
Despesas Comerciais	-146	-10%	-105	-9%	39%
Resultado com Equivalência Patrimonial	2	0%	-2	0%	-202%
Outras Receitas (e despesas) Operacionais	-42	-3%	-140	-12%	-70%
Despesas Financeiras	-80	-5%	-59	-5%	36%
Receitas Financeiras	41	3%	38	3%	7%
Receitas (Despesas) Operacionais	-337	-23%	-368	-32%	-8%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	154	11%	-51	-4%	-400%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-33	-2%	-23	-2%	46%
Resultado Líquido do Período	121	8%	-74	-6%	-263%
Participantes em SCPs e SPEs	-20	-1%	-4	0%	472%
Resultado Líquido atribuível a Direcional Engenharia S.A.	100	7%	-77	-7%	-230%

Receita Operacional Líquida

A receita líquida totalizou R\$1.458 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, um crescimento de 25% em relação aos R\$ 1.166 milhões do mesmo período do ano anterior. As variações na receita são explicadas a seguir:

- Venda de Imóveis: A receita bruta relativa à venda de imóveis somou R\$ 1.352 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, crescimento de 28% quando comparado aos R\$ 1.061 milhões do mesmo período de 2018. Esse movimento deveu-se ao maior volume de unidades vendidas e evolução da construção das unidades vendidas, o que resulta no aumento do reconhecimento da receita, de acordo com o método de *Percentage of Completion*, aplicado a companhias do setor imobiliário.

- Prestação de Serviços: A receita bruta decorrente da prestação de serviços atingiu R\$ 189 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentando um crescimento de 5% em relação ao mesmo período de 2018. O aumento na receita bruta com prestação de serviços é resultado do maior volume de construção durante o período, derivado do aumento da participação da Companhia em empreendimentos do PMCMV Faixa 1, no qual prestamos exclusivamente serviços de construção dos empreendimentos.
- As deduções de receita correspondem principalmente a devolução de valores por vendas canceladas e impostos sobre vendas de imóveis e prestação de serviço (PIS, COFINS e ISS), e corresponderam a R\$ 83 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 8% em relação ao valor de R\$ 75 em 2018. O crescimento nas deduções da receita está em linha com o crescimento da receita bruta.

Custo com Venda de Imóveis e Serviços Prestados

O custo dos imóveis vendidos e serviços prestados aumentou de R\$ 849 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando representava 73% da receita líquida, para R\$ 967 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 66% da receita líquida, um aumento de 14% no período. Esse crescimento nos custos está relacionado, principalmente, ao maior volume de construção durante o ano de 2019 se comparado a 2018, que pode ser explicado pelo aumento no volume de vendas e lançamentos, em linha com o crescimento da receita.

A redução da representatividade dos custos em relação a receita deveu-se, principalmente, ao foco da Companhia no segmento de baixa e média rendas, com reflexo em maior participação deste segmento na receita, que possui margem superior aos demais segmentos.

Lucro Bruto

Como resultado desse desempenho, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto chegou a R\$ 491 milhões, 55% superior ao valor atingido no mesmo período do ano anterior de R\$ 317 milhões. A margem bruta acumulada foi de 34%, um aumento de 7 p.p. em relação àquela percebida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, de 27%.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas (incluindo a remuneração da Administração) totalizaram R\$ 112 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, crescimento de 12% quando comparado com o mesmo período do ano de 2018 que somou R\$ 100 milhões. Esse resultado está relacionado diretamente ao crescimento da Companhia, conforme evidenciado pelo crescimento da receita, uma vez que um quadro de funcionários maior é necessário para fazer frente ao crescimento operacional da Companhia.

Despesas Comerciais

As despesas comerciais incluem, principalmente, os gastos com comissões sobre vendas, propagandas e publicidade e depreciação dos *stands* de vendas e apartamentos modelo. As despesas comerciais passaram de R\$ 105 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 9% da

receita operacional líquida, para R\$ 146 milhões o mesmo período base de 2019, passando a representar 10% da receita operacional líquida da Companhia. Este crescimento deve-se ao aumento no volume de lançamentos e vendas, que resultam em aumento nas despesas de *marketing* e comissões de vendas.

Resultado Financeiro

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado financeiro totalizou resultado negativo de R\$ 39 milhões, comparado com negativos R\$ 21 milhões no mesmo período de 2018. Esta variação é explicada, principalmente, pela (i) redução do CDI, que impactou na redução das receitas e (ii) aumento do saldo médio de dívida corporativa.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social correspondeu a R\$ 23 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 2% da receita operacional líquida, comparado a R\$ 33 milhões no mesmo período de 2019, representando também 2% da receita operacional líquida. O aumento deveu-se, principalmente, pelo crescimento do volume de receitas apropriadas, se mantendo em linha com o percentual da receita.

Resultado Líquido atribuível a Direcional Engenharia S.A

Considerando o desempenho apresentando, a Direcional acumulou lucro líquido de R\$ 100 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em comparação a um prejuízo de R\$ 77 milhões no mesmo período de 2018. O resultado líquido é explicado, principalmente, pelas variações nas contas supracitadas.

Fluxo de Caixa

Discutimos abaixo as principais variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

R\$ Milhões	Exercício encerrado em 31 de dezembro de:	
	2020	2019
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	285	241
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-31	-24
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	-57	-398

Atividades operacionais

A variação no fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais decorre, principalmente, de redução do volume de estoque. Em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa de nossas atividades operacionais foi de R\$ 285 milhões, comparado a um fluxo positivo de R\$ 241 milhões no mesmo período de 2019.

Atividades de investimentos

O caixa aplicado por nossas atividades de investimentos ficou em R\$ 31 milhões no exercício encerrado em

31 de dezembro de 2020, enquanto o caixa aplicado no encerramento de 2019 foi de R\$ 24 milhões. Esse resultado é proveniente, principalmente, da redução dos investimentos em participações societárias (SCPs e SPEs) e do aumento de caixa aplicado em ativos intangíveis.

Atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento é originado por terceiros e por acionistas. O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento originado por terceiros é decorrente dos empréstimos relativos ao financiamento à produção, de CCB e de emissões de CRI e Debêntures. O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento originado por acionistas é decorrente dos aumentos de capital, assim como do pagamento de dividendos e do programa de recompra de ações.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 57 milhões. Já no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido aplicado foi de R\$ 398 milhões. O maior volume de captação no período, associado a um menor montante de amortizações e juros pagos, explicam a diminuição do total de caixa aplicado e atividades de financiamento, apesar do maior montante destinado ao retorno de capital para os acionistas (via dividendos e recompra de ações).

Fluxo de Caixa

Discutimos abaixo as principais variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

R\$ Milhões	Exercício encerrado em 31 de dezembro de:	
	2019	2018
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	241	267
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-24	132
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	-398	-97

Atividades operacionais

A variação no fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais decorre, principalmente, pela redução do volume de estoque. Em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa de nossas atividades operacionais foi de R\$ 241 milhões, comparado a um fluxo positivo de R\$ 267 milhões no mesmo período de 2018.

Atividades de investimentos

O caixa aplicado por nossas atividades de investimentos ficou em R\$ 24 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e o caixa gerado foi de R\$ 132 milhões no mesmo período do ano em 2018, estes resultados são provenientes principalmente, da redução do montante das aplicações financeiras em fundos de investimento e redução do ativo imobilizado pela não reposição de ativos depreciados.

Atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento é originado por terceiros e por acionistas. O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento originado por terceiros é decorrente dos empréstimos relativos ao financiamento à produção, de CCB e de emissões de CRI. O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento originado por acionistas é decorrente dos aumentos de capital, assim como do pagamento de dividendos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 398 milhões, já no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 97 milhões. O maior volume de amortização, bem como pagamento de juros, explica o resultado.

2. Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i.) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Operacional Bruta de Vendas e Serviços Prestados

A receita operacional bruta da Direcional é composta pela venda de imóveis e pela prestação de serviços, sendo maior parte a receita vinda da venda de imóveis incorporados pela Companhia.

- Venda de Imóveis. A receita de incorporação imobiliária inclui os valores provenientes das unidades vendidas e revendidas dos empreendimentos, apuradas de acordo com a metodologia do PoC (*Percentage of Completion*), que consiste no reconhecimento da receita com base no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra.
- Prestação de Serviços. A receita proveniente de prestação de serviços consiste nos valores recebidos em decorrência das comissões de intermediações de vendas imobiliárias, das taxas de administração cobradas dos parceiros da Companhia e faturadas pela construtora da Companhia nas obras que realiza da e principalmente da realização de obras por empreitada para terceiros (a maioria enquadrada no PMCMV Faixa 1).

A composição da receita operacional bruta consolidada da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi a que segue:

Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de:			Variação	
	2020	2019	2018	2020/2019	2019/2018
Receita Bruta de Vendas	1.567	1.352	1.061	16%	28%
Receita Bruta de Serviços	72	189	181	-62%	5%
Receita Bruta	1.639	1.541	1.241	6%	24%

ii.) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Segundo regras contábeis atuais, o reconhecimento das receitas provenientes da incorporação e venda de imóveis e da prestação de serviços de obra sob regime de empreitada é proporcional ao índice de execução das respectivas obras (Método *Percentage of Completion* – PoC). Portanto o reconhecimento de receita

reflete os lançamentos e vendas de empreendimentos que estão sendo construídos e/ou foram entregues.

Acreditamos que nossos resultados foram impactados positivamente desde 2006 pelo crescimento operacional da companhia, que acompanhou as condições favoráveis do mercado imobiliário, sobretudo a partir do ano de 2009, após o lançamento do PMCMV e início das operações da Companhia na Faixa 1 do programa. Cabe lembrar que essa faixa do PMCMV, é intensiva em subsídio governamental, de modo que depende primordialmente de subsídios do poder público para manutenção e crescimento de sua operação. Importante ressaltar que, a partir de 2015, houve redução significativa de novos contratos nesse segmento, com impacto na apropriação de resultados.

O reconhecimento de receita, e por consequência do resultado operacional, ocorre pela combinação do desempenho de vendas e da evolução financeira das obras. Assim, as receitas da Companhia cresceram ao longo dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 em razão do crescente volume de vendas contratadas e do maior volume de obras em andamento, ambos impactados pelo aumento do volume de lançamentos de empreendimentos imobiliários nos últimos anos. É válido ressaltar que a diminuição no volume de lançamentos registrada no exercício de 2020 deveu-se aos desdobramentos gerados pela pandemia do novo coronavírus na atividade econômica, como a redução na velocidade de aprovações das licenças/alvarás por órgãos públicos em geral e prefeituras, por exemplo.

Dados Operacionais (R\$ milhões)	VGV % DIR			Variação	
	2020	2019	2018	2020/2019	2019/2018
VGV Lançado ¹	1.527	1.712	1.695	-11%	1%
VGV Contratado ²	1.407	1.153	1.335	22%	-14%

¹ VGV Lançado corresponde ao valor total a ser potencialmente obtido pela venda de todas as unidades dos empreendimentos imobiliários lançados ao preço de lançamento.

² VGV Contratado corresponde ao valor total efetivamente obtido pela venda de unidades de empreendimentos imobiliários lançados ao preço efetivo de venda.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Modificações de Preços e Volumes

A composição de nossos preços de vendas e volume de vendas depende fundamentalmente das condições de mercado e, nos casos dos projetos de empreitada no escopo do PMCMV, do reajuste no teto deste programa, realizado pelo Governo Federal e da aprovação e demanda por estes projetos.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação	
Dados Operacionais (VGV - R\$ milhões)	2020	2019	2018	2020/2019	2019/2018
PMCMV Faixa 1					
VGV Líquido Vendido ¹ (R\$ milhões)	-	-	224	0%	-100%
Unidades Líquidas Vendidas ²	-	-	2.345	0%	-100%
Preço Médio (R\$ mil reais)	-	-	96	0%	-100%

	VGV Líquido Vendido ¹ (R\$ milhões)	1.378	1.069	1.165	29%	-8%
PMCMV Faixas 2 e 3	Unidades Líquidas Vendidas ²	7.969	6.645	7.285	20%	-9%
	Preço Médio (R\$ mil reais)	173	161	160	7%	1%
	VGV Líquido Vendido ¹ (R\$ milhões)	279	222	-	25%	-
Média-baixa Renda	Unidades Líquidas Vendidas ²	1.022	886	-	15%	-
	Preço Médio (R\$ mil reais)	273	251	-	9%	-
	VGV Líquido Vendido ¹ (R\$ milhões)	23	29	61	-19%	-53%
Legado ³	Unidades Líquidas Vendidas ²	70	70	213	0%	-67%
	Preço Médio (R\$ mil reais)	331	410	288	-19%	42%
	VGV Líquido Vendido ¹ (R\$ milhões)	1.680	1.320	1.451	27%	-9%
Consolidado	Unidades Líquidas Vendidas ²	9.061	7.601	9.843	19%	-23%
	Preço Médio (R\$ mil reais)	185	174	147	7%	18%

¹ VGV Líquido Vendido corresponde ao VGV decorrente de todos os contratos de venda de imóveis celebrados em determinado período, incluindo a venda de unidades lançadas no período e a venda de unidades em estoque, líquida de distratos.

² Unidades Líquidas Vendidas corresponde às unidades correspondentes ao VGV Líquido Vendido.

³ Legado compreende os empreendimentos dos segmentos Médio-Padrão, Médio-Alto Padrão e Comercial desenvolvidos no modelo antigo.

Taxas de Câmbio

Não apresentamos exposição relevante à moeda estrangeira.

Taxas de Inflação

O saldo devedor de nossos contratos de compra e venda de imóveis são atualizados pelo índice nacional da construção civil (INCC) até a conclusão da obra, data do habite-se. Após a conclusão da obra são atualizadas pelo IGP-M ou IPCA, conforme o caso, com incidência de juros de 12% a.a.. Portanto, variações nesses índices impactam nosso saldo de contas a receber e nossas receitas.

No caso dos contratos de obras por empreitada no âmbito do PMCMV Faixa 1, não constam cláusulas de reajuste de preços dos imóveis vendidos.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Taxas de Inflação, da variação dos principais insumos e produtos

Nossos contratos de compra e venda de imóveis são reajustados, até a data do repasse do cliente para o banco, pelo Índice Nacional de Construção Civil (“INCC”), que, em sua apuração, abrange materiais e equipamentos, serviços e mão de obra da construção, com dados coletados, atualmente, em sete capitais do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília).

Por se tratar de um índice com uma carteira específica de produtos e base geográfica delimitada, o INCC pode não representar integralmente a evolução dos custos do setor, sobretudo nas regiões fora de sua abrangência, quanto da coleta dos dados, e para empresas com *mix* de insumos diferente do utilizado no

índice.

No caso dos contratos de obras por empreitada no âmbito do PMCMV Faixa 1, não constam cláusulas de reajuste de preços dos imóveis vendidos.

Também podemos oferecer aos nossos clientes a possibilidade de financiamento direto de até a totalidade de seu saldo devedor, que poderá ser atualizado pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a conclusão da obra, data do habite-se. Após a conclusão da obra são atualizadas pelo IGP-M ou IPCA, conforme o caso, com incidência de juros de 12% a.a.. Portanto, variações nestes índices impactam nosso saldo de contas a receber e nossas receitas.

Câmbio

Atualmente a Companhia não possui exposição direta em moedas estrangeiras, de forma que todo risco cambial se aplica de forma indireta e pode ser representado pelos riscos macroeconômicos da economia brasileira.

Taxa de Juros

A variação nas taxas juros poderá afetar o custo do financiamento imobiliário e influenciar a demanda por nossos produtos. Também poderá afetar (i) nosso custo de financiamento à produção e, desta forma, impactar nos custos de construção de nossos projetos e (ii) em menor proporção as demais dívidas que a companhia possui ou poderá vir a contratar.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$ 1.031 milhões, sendo (i) R\$ 13 milhões referentes a financiamento à produção, dos quais R\$ 6 milhões são atrelados à TR e R\$ 7 milhões são atrelados a CDI, (ii) R\$ 16 milhões referentes a *Leasing* atrelados a CDI, (iii) R\$ 337 milhões referentes a CRI atrelados a CDI, (iv) R\$ 265 milhões referentes a CRI atrelados a IPCA, (v) R\$ 252 milhões referentes a debêntures atreladas a CDI, (vi) R\$ 100 milhões referentes a CCB Imobiliário atrelados a CDI, e (vii) R\$ 49 milhões referentes a capital de giro, que contam com um instrumento financeiro derivativo (SWAP) de mesmo prazo, para proteção de exposição a moeda estrangeira, através da substituição BRL/EUR por CDI mais spread;

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$ 831 milhões, sendo (i) R\$ 44 milhões referentes a financiamento à produção, dos quais R\$ 28 milhões são atrelados à TR e R\$ 16 milhões são atrelados a CDI, (ii) R\$ 17 milhões referentes a *Leasing* atrelados a CDI, (iii) R\$ 517 milhões referentes a CRI atrelados a CDI, (iv) R\$ 250 milhões referentes a CRI atrelados a IPCA, e (v) R\$ 3 milhões referentes a CCB Imobiliário atrelados a CDI.

Nossa receita financeira, advinda da aplicação do caixa disponível da Companhia, também poderá ser influenciada pela modificação nas taxas de juros, substancialmente a taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras contratadas em reais.

3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais que não esteja refletida nas nossas demonstrações financeiras.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária que não esteja refletida nas nossas demonstrações financeiras.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual que não esteja refletida nas nossas demonstrações financeiras.

4. Os diretores devem comentar:**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis***CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes*

A partir de 01 de janeiro de 2018, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15, que diz respeito ao reconhecimento do contrato com o cliente. A norma estabelece que o reconhecimento da receita deve acontecer quando a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente. A transferência pode ser ao longo do tempo (“*over time*”) ou em um momento específico (“*at a point in time*”). A CVM emitiu um Ofício-Circular no qual ratifica que o PoC (*over time*) está aderente ao CPC47/IFRS 15 e estabelece que a administração da companhia é a responsável pelo julgamento do critério de reconhecimento da receita.

Com base nesse entendimento e no modelo de negócio da companhia, a Companhia mantém a metodologia do PoC para o reconhecimento da receita.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A partir de 01 de janeiro de 2018, a Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. Na visão da administração as principais alterações estão relacionadas (i) aos critérios de classificação de instrumentos financeiros; (ii) modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Dessa forma, a Companhia identificou que a principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do novo pronunciamento está relacionada com a alteração do conceito de redução no valor recuperável do Contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39.

CPC 06 – Operações de Arrendamento mercantil

A partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16, que substituiu o IAS 17, e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, podendo ficar fora do escopo da norma os contratos de curto prazo ou de pequeno valor.

A Companhia aplicou a norma utilizando a abordagem retrospectiva e o expediente prático para a definição dos contratos de arrendamento na data da transição. Dessa forma, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa incremental sobre seus empréstimos na data da adoção. O ativo de direito de uso foi reconhecido pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento. A Companhia aplicou uma taxa de desconto única para os ativos arrendados, considerando os prazos remanescentes dos contratos e a garantia proporcionada pelos ativos.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeisCPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

Não houve efeito significativo com a adoção do CPC 47.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A partir da adoção do CPC 48, a Companhia passou a reconhecer a perda de crédito esperada para os contratos vendidos, juntamente com o reconhecimento das respectivas receitas. O impacto da adoção inicial para o balanço de abertura é conforme segue:

R\$ milhões	Consolidado		
	31/12/2017	Adoção CPC 48/ IFRS	01/01/2018
Ativo circulante:			
Contas a receber por incorporação de imóveis	657	(7)	650
Outros Ativos	1.694	(3)	1.691
Total do ativo circulante	2.351	(10)	2.341
Ativo não circulante:			
Contas a receber por incorporação de imóveis	113	(3)	110
Outros ativos	1.628	-	1.628
Investimentos	50	-	50
Total do ativo não circulante	1.791	(3)	1.788
Total do ativo	4.142	(13)	4.129
Passivo circulante:			
Obrigações tributárias	35	-	35
Outros passivos	667	-	667
Total do passivo circulante	702	-	702
Passivo não circulante:			
	-	-	-
Obrigações tributárias	5	-	5
Outros passivos	1.831	-	1.831

Total do passivo não circulante	1.836	-	1.836
Patrimônio líquido:	-	-	-
Capital social	753	-	753
Reservas de lucros	550	(12)	538
Outras reservas	152	-	152
	1.455	(12)	1.443
Participação dos não controladores	149	(1)	148
	1.604	(13)	1.591
Total do passivo e patrimônio líquido	4.142	(13)	4.129

CPC 06 – Arrendamento Mercantil

A partir da adoção do CPC 06, a Companhia passou a reconhecer no balanço os contratos de arrendamentos com pagamentos futuros. O impacto da adoção inicial para o balanço de abertura é conforme segue:

R\$ milhões	Adoção CPC 06 (R2) / IFRS		
	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Adoção Inicial	40	40	0
Adições	1	1	0
Depreciação	-2	0	-2
Pagamentos	0	-2	0
Juros	0	1	-1
Saldo em 30/09/2019	39	40	-3

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

As ênfases inseridas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 estão descritas abaixo:

Conforme descrito na Nota Explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Na elaboração de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossos Diretores baseiam-se em estimativas e premissas derivadas de nossa experiência e de vários outros fatores que entendem ser razoáveis e relevantes. As “Políticas Contábeis Críticas” são aquelas consideradas importantes na determinação de nossa posição financeira e resultados operacionais, cuja determinação é subjetiva e complexa, exigindo, frequentemente, estimativas sobre questões futuras ou inerentemente incertas por parte da administração. A aplicação das “Políticas Contábeis Críticas” geralmente requer julgamento por parte de nossos Diretores com relação aos efeitos dos assuntos que sejam relacionados ao valor dos ativos e passivos e dos resultados de nossas operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar nossa situação patrimonial e financeira, bem como nossos resultados das operações, se resultarem em valores diferentes dos estimados.

Apresentamos a seguir uma discussão de nossos Diretores sobre o que consideramos como nossas “Políticas Contábeis Críticas”, incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade às quais essas estimativas estão sujeitas.

Apropriação de Receitas e Custos de Incorporação e Prestação de Serviços de Construção

Para os projetos de média renda as vendas são realizadas em parte a prazo, com os recebimentos em parcelas até a data de entrega das chaves das unidades. Após a entrega das chaves, procuramos realizar o repasse da carteira de financiamentos a clientes para bancos comerciais.

Para as vendas de projetos do PCVA no regime de repasse na planta dos clientes, esse repasse acontece no início do fluxo. O cliente já contrata o financiamento junto a uma instituição financeira, e a partir daí a construtora recebe as parcelas desse contrato mediante medições mensais.

Nossos Diretores entendem que o repasse dos clientes durante a construção reduz o risco de exposição de caixa e também os riscos de distratos.

Adicionalmente, prestamos serviços de construção de obra de empreitada, cujo recebimento ocorre conforme medições de evolução da execução da obra.

Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento da entrega das chaves, quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Nas vendas de unidades não concluídas e prestação de serviços de obra de empreitada, a companhia adota os normas estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 47 "Receita de contrato com cliente" para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada de riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade, quais sejam:

- (i) Deve-se calcular o percentual dos custos incorridos em relação aos custos totais previstos até a conclusão da obra;
- (ii) Para a apuração da receita a ser apropriada no período, o percentual calculado acima deve ser aplicado ao valor total proveniente das unidades vendidas, ajustado de acordo com as condições contratuais (atualização monetária pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC);
- (iii) Os recebimentos referentes à venda de unidades que sejam superiores ao valor da receita de vendas a ser apropriada no período em questão, calculado conforme mencionado acima, devem ser registrados no passivo circulante ou não circulante, como adiantamento de clientes;
- (iv) O valor da receita apropriada que seja superior ao valor recebido deve ser registrado em uma conta apropriada do ativo circulante ou realizável a longo prazo, como contas a receber;
- (v) O ajuste a valor presente é reconhecido proporcionalmente à formação das contas a receber, sendo descontada a uma taxa por nós determinada;
- (vi) Para a apuração dos custos das vendas realizadas, pondera-se o valor total de custos incorridos e a relação entre as unidades vendidas e o total das unidades Lançadas;
- (vii) Para as despesas comerciais:
 - As despesas dos stands de venda e a decoração do apartamento-modelo são apropriadas no ativo imobilizado e depreciadas de acordo com a estimativa de vendas dos empreendimentos, caso a expectativa de vendas seja inferior a 01 ano, no momento do lançamento apropria-se como despesa do período todo o valor do imobilizado, e
 - Os gastos específicos com comissão e corretagem sobre vendas passaram a ser apropriados ao resultado no mesmo critério de apropriação da receita de incorporação descrito acima.

A apropriação de receitas é feita com base em uma estimativa de custos. Nossos Diretores revisam tais estimativas mensalmente e mudanças nos custos estimados podem gerar ajustes em nossa apropriação de receitas registradas.

Provisão para Contingências

Adotamos como critério o registro de provisão para contingências com base nas avaliações de risco de perda provável. Provisões para contingências são divulgadas quando o valor estimado para desfecho do evento é considerado relevante por nossos Diretores e/ou quando o valor não pode ser razoavelmente estimado. As avaliações de risco de perda remota não são registradas ou divulgadas. As avaliações de risco dos eventos são elaboradas por assessores jurídicos externos e divulgadas em nota explicativa anexa às demonstrações financeiras.

6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:
- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. contratos de construção não terminada
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não possuímos ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos no Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras da Companhia e em suas respectivas notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não possuímos ativos e passivos não evidenciados em nosso balanço patrimonial. De acordo com a legislação societária em vigor, os resultados de exercícios futuros (REF) de nossas controladas e coligadas não são evidenciados e/ou registrados nas demonstrações financeiras societárias individuais e consolidadas. Somente são registrados e evidenciados nos balancetes contábeis fiscais, os quais são gerados mensalmente para fins tributários. Para mais informações, verifique nossas notas explicativas que são parte integrante das nossas demonstrações financeiras.

7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável. Não possuímos ativos e passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

b) natureza e propósito da operação

Não Aplicável. Não existem ativos e passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não Aplicável. Não existem ativos e passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos:

- i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nosso principal objeto de investimento é a aquisição de terrenos para o desenvolvimento de incorporações imobiliárias. Tendo em vista que nossos diretores entendem que a aquisição dos terrenos constitui a fase mais crítica da aplicação de nossos recursos, estes participam ativamente no processo de compra. Cada decisão de aquisição de um terreno é analisada e deve ser aprovada por um comitê de investimentos interno da Companhia. Adquirimos terrenos de pessoas físicas, jurídicas e em leilões judiciais e extrajudiciais e desenvolvemos uma auditoria (*Due Diligence*) objetivando a segurança legal, fiscal e ambiental na aquisição dos terrenos onde serão incorporados os nossos empreendimentos. Como é usual no mercado, avaliamos o custo-benefício de nossas aquisições gerenciando eventuais riscos legais e/ou ambientais, conforme orientação de nossos assessores jurídicos e técnicos. Em paralelo à auditoria, realizamos um estudo de viabilidade financeira e elaboração de pesquisa de mercado. Em sua grande maioria, nossos terrenos são adquiridos através de permutas financeiras ou físicas.

O banco de terrenos da Direcional encerrou o ano de 2020 com potencial de desenvolvimento de 143.844 unidades e VGV de R\$ 24,8 bilhões. O custo médio de aquisição do banco de terrenos foi equivalente a 11% do VGV potencial, sendo que 83% do pagamento se dará via permuta, que não causa impacto no caixa da Companhia no curto prazo.

Destacam-se as aquisições para projetos do PCVA que, em 2020, atingiram R\$ 4 bilhões em VGV potencial e as aquisições para projetos dentro do segmento de média-baixa renda, que chegou a R\$ 1 bilhão em VGV potencial. Esse movimento está em linha com a estratégia da Direcional de expandir a participação no segmento de baixa renda e acelerar as operações no segmento de média-baixa renda. Dessa maneira, o banco de terrenos para os dois segmentos atingiu, respectivamente, VGV potencial de R\$ 21 bilhões e de R\$ 4 bilhões, representando 126.125 unidades e 17.719 unidades.

Ao longo dos próximos exercícios, continuaremos adquirindo terrenos de forma a repor os lançamentos a serem realizados e expandir nosso banco de terrenos, permitindo o crescimento continuado da empresa. Tais terrenos a serem adquiridos continuarão a passar por nosso comitê de investimentos e processo de *Due Diligence*, de forma a avaliar sua atratividade econômica, bem como possíveis riscos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para desenvolvermos nosso plano de negócios, utilizamos uma estrutura equalizada de capital próprio e alavancagem. As principais fontes de financiamento de terceiros utilizadas pela Companhia são as linhas de financiamento de mercado de capitais, tais como debêntures e CRIs, financiamento à produção no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (“SFH”), em menor escala, as linhas de financiamento FINAME e Leasing e outros instrumentos financeiros, como emissão de CCB e securitização de recebíveis imobiliários, bem como outras fontes de financiamentos disponíveis no mercado.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Exceto pela operação descrita no item 8.1 do Formulário de Referência, não foram realizados desinvestimentos relevantes em 2020, 2019 e 2018 ou no exercício social corrente. A Companhia não possui atualmente projetos de desinvestimentos relevantes.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Até esta data não foi divulgada nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciem significativamente na nossa capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas em andamento relacionadas a novos produtos e serviços e que tenham sido anteriormente divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há pesquisas em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgado.

Não aplicável, pois não há o desenvolvimento de novos produtos e serviços, que tenham sido anteriormente divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Até esta data não possuíamos novos investimentos em produtos e serviços que não fossem aqueles relacionados ao nosso negócio.

<p>9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.</p>
--

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANEXO 9-1-II-ICVM 481)

1. Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício social de 2020 totalizou R\$ 113.072.605,02 (cento e treze milhões, setenta e dois mil, seiscentos e cinco reais e dois centavos).

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

No decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia distribuiu aos acionistas montante global de dividendos de R\$120.356.457,39 (cento e vinte milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos). A administração da Companhia propõe que os dividendos distribuídos sejam imputados ao mínimo obrigatório.

Descrição dos Dividendos	Dividendos por Ação	Dividendos
Mínimo Obrigatório	0,18073266	26.854.743,69
Adicionais	0,54219797	80.564.231,08
Distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	0,08706937	12.937.482,62
Total	0,81000000	120.356.457,39

Não houve declaração de juros sobre capital próprio.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O montante total distribuído correspondeu a 106,4% do lucro líquido apurado.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

O valor referente a dividendos intermediários distribuídos no exercício social de 2020 somou R\$120.356.457,39 (cento e vinte milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos) e foi distribuído à conta de reserva de lucros. A administração da Companhia propõe que os dividendos distribuídos sejam imputados ao mínimo obrigatório.

Descrição dos Dividendos	Dividendos por Ação	Dividendos
Distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	0,81000000	120.356.457,39
Total	0,81000000	120.356.457,39

5. Deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável, em função da proposta da administração de não haver distribuição de dividendos adicionais aos dividendos antecipados no exercício de 2020, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, datada de 05 de outubro de 2020, cujo pagamento foi realizado em 21 de outubro de 2020.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, em função da proposta da administração de não haver distribuição de dividendos adicionais aos dividendos antecipados no exercício de 2020, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, datada de 05 de outubro de 2020, cujo pagamento foi realizado em 21 de outubro de 2020.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, em função da proposta da administração de não haver distribuição de dividendos adicionais aos dividendos antecipados no exercício de 2020, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, datada de 05 de outubro de 2020, cujo pagamento foi realizado em 21 de outubro de 2020.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, em função da proposta da administração de não haver distribuição de dividendos adicionais aos dividendos antecipados no exercício de 2020, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, datada de 05 de outubro de 2020, cujo pagamento foi realizado em 21 de outubro de 2020.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide tabela do item 'b' abaixo

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Descrição dos Dividendos	Data de deliberação	Data de pagamento	Dividendos por Ação	Dividendos
Dividendos distribuídos	05/10/2020	05/10/2020	0,81000000	120.356.457,39

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe.**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:**

	2020	2019	2018	2017
Lucro Líquido (prejuízo) (R\$) /ação ordinária ¹	0,76	0,68	-0,53	-0,97

¹ A companhia efetua o cálculo do lucro por ação, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro por ação não considera as ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Descrição (R\$)	2020	2019	2018	2017
Dividendo /ação ordinária	0,81	0,50	0,9922	0,00

8. Destinação de lucros à reserva legal.**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia propõe a destinação do montante de R\$ 5.653.630,25 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta reais e vinte e cinco centavos), equivalente à 5% do lucro líquido do exercício, para a constituição de reserva legal, nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Equivalente a 5% do lucro líquido, descontados eventuais prejuízos de exercícios anteriores, conforme tabela abaixo:

Lucro líquido do exercício (R\$)	113.072.605,02
Prejuízos Anteriores	0,00
Base Reserva Legal	113.072.605,02
Reserva Legal 5%	5.653.630,25

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável. A Companhia possui somente ações ordinárias.

10. Dividendo obrigatório.**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos ou acrescidos os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à

formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A administração da Companhia propõe que os dividendos distribuídos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme item 2 deste anexo, sejam imputados ao mínimo obrigatório. Dessa forma, o dividendo mínimo obrigatório foi pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo mínimo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.

Não aplicável. Não foi proposta retenção do dividendo mínimo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

Não aplicável. Não foi proposta destinação para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

Não aplicável. Não foi proposta destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Nos termos do artigo 35, Parágrafo 2º, alínea “f” do Estatuto Social (considerando a aprovação da alteração ao Estatuto Social da Companhia proposta em assembleia geral extraordinária), a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim o reforço de caixa para a condução dos negócios da Companhia, bem como o financiamento e a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, reserva esta que não poderá exceder a 80% do capital social subscrito da Companhia e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva

A administração propõe a destinação de R\$ 106.492.901,77 (cento e seis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e um reais e setenta e sete centavos) para a Reserva de Investimentos.

c. Descrever como o montante foi calculado

Descrição	Dividendos
Lucro Líquido Apurado	113.072.605,02
Reserva Legal	(5.653.630,25)
Lucro Líquido Ajustado por Reserva Legal	107.418.974,77
Ajustes de Exercícios Anteriores	(926.073,00)
Reserva de Investimentos	106.492.901,77

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

Não aplicável. Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Não aplicável. Não há proposta de destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO IV

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

ITEM 12 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.5. Composição e experiência dos membros do Conselho Fiscal

Nome	Bruno Lage de Araújo Paulino
Data de Nascimento	03/12/1977
Profissão	Advogado
CPF:	011.768.096-60
Órgão da Administração:	Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Conselheiro Fiscal Efetivo
Data de Eleição	29/04/2021
Data da Posse	29/04/2021
Prazo do Mandato	1 ano
Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor	Não há
Descrição de outro cargo / função	N/A
Foi Eleito Pelo Controlador	Sim
Membro Independente	Sim
Critério Utilizado Para Determinar a Independência	Conforme os critérios estabelecidos no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e artigo 162 da Lei n. 6.404/1976.
Mandatos Consecutivos	7º mandato
Experiência Profissional	
Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2000, pós-graduado em Direito de Empresas pela Universidade Gama Filho em 2003 e em Gestão com Ênfase em Negócios pela Fundação Dom Cabral em 2009. Atua desde 2008 na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, sendo que atualmente ocupa as posições de Diretor Corporativo Jurídico e Secretário de Governança Corporativa. O Sr. Bruno Lage de Araújo Paulino não trabalha em empresa (i) que integra grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Bruno Lage de Araújo Paulino não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da legislação em vigor.	
Declarações de Eventuais Condenações	
O Sr. Bruno Lage de Araújo Paulino declara que nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

Nome	Paulo Sávio Bicalho
Data de Nascimento	26/11/1963
Profissão	Contador
CPF:	419.785.526-53
Órgão da Administração:	Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Conselheiro Fiscal Efetivo
Data de Eleição	29/04/2021
Data da Posse	29/04/2021
Prazo do Mandato	1 ano
Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor	Não há
Descrição de outro cargo / função	N/A
Foi Eleito Pelo Controlador	Sim
Membro Independente	Sim
Critério Utilizado Para Determinar a Independência	Conforme os critérios estabelecidos no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e artigo 162 da Lei n. 6.404/1976.
Mandatos Consecutivos	7º mandato
Experiência Profissional	
<p>As principais experiências profissionais do Sr. Paulo nos últimos anos são: (i) desde 1999 exerce o cargo de Controler da sociedade Action Agenciamento de Cargas Ltda (Sucessora da Merzario do Brasil Ltda e Luigi Serra do Brasil Ltda), que atua no mercado de Logística Intermodal de Transportes Internacionais e Comissária de Despachos Aduaneiros; e (ii) é sócio responsável do Escritório Contábil Ltda desde 1990. O Sr. Paulo não possui cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Paulo não trabalha em empresa (i) que integra grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. Adicionalmente, o Sr. Paulo é graduado em Ciências Contábeis pelo Instituto Newton Paiva Ferreira e em Licenciatura Plena (Matérias Técnicas Profissionalizantes) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pós-graduado em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pelo Business Institute da Fundação Getúlio Vargas. Também foi Gerente Contábil da Fasal S.A. Com. E Indústria de Produtos Siderúrgicos (hoje Soluções Usiminas) no período de 1993 e 1999, tendo participado do processo de Fusão Parcial da Usiminas e na criação do Porto Seco – Eadi Grambel. O Sr. Paulo é considerado Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação brasileira.</p>	
Declarações de Eventuais Condenações	
<p>O Sr. Paulo Sávio Bicalho declara que nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	

Nome	Larissa Campos Breves
Data de Nascimento	11/10/1975
Profissão	Economista
CPF:	961.928.796-72
Órgão da Administração:	Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Conselheira Fiscal Suplente
Data de Eleição	29/04/2021
Data da Posse	N/A
Prazo do Mandato	1 ano
Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor	Não há
Descrição de outro cargo / função	N/A
Foi Eleito Pelo Controlador	Sim
Membro Independente	Sim
Critério Utilizado Para Determinar a Independência	Conforme os critérios estabelecidos no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e artigo 162 da Lei n. 6.404/1976.
Mandatos Consecutivos	2º mandato
Experiência Profissional	
<p>Graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade Cenecista de Varginha (MG) em 2000, pós-graduada em Auditoria, Controladoria e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (MG) em 2009. Trabalha na Cemig desde 1993, onde iniciou como Menor Aprendiz. Desde 2001 atua na área de Gestão e Desenvolvimento de Negócios. Entre 2014 a 2018 exerceu cargos de Gerente de Avaliação de Negócios e Gerente de Desenvolvimento de Novos Empreendimentos de Geração. Atualmente ocupa o cargo de Superintendente de Gestão de Participação em Grandes Hídricas e Negócios de Transmissão. Participou de diversos programas de treinamento executivo, dentre os quais o Curso de Regulação e Negócios no Setor de Energia Elétrica (FGV 2007) e Conselheiros de Administração (IBGC 2017). Atualmente é membro do Conselho de Administração das companhias Santo Antônio Energia SA - SAESA e Madeira Energia SA - MESA – UHE Santo Antônio, Norte Energia SA – NESA – UHE Belo Monte, Aliança Norte Energia, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A, STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A., Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE, Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. – ESTE, e Diretora Financeira e de Relação com investidores da SAAG Investimentos AS. A Sra. Larissa Campos Breves não trabalha em empresa (i) que integra grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Larissa Campos Breves não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da legislação em vigor.</p>	
Declarações de Eventuais Condenações	
<p>A Sra. Larissa Campos Breves declara que nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>	

Nome	Roberto Tavares Pinto Coelho
Data de Nascimento	21/02/1979
Profissão	Administrador de Empresas
CPF:	042.289.166-51
Órgão da Administração:	Conselho Fiscal
Cargo Eletivo Ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente
Data de Eleição	29/04/2021
Data da Posse	N/A
Prazo do Mandato	1 ano
Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor	Não há
Descrição de outro cargo / função	N/A
Foi Eleito Pelo Controlador	Sim
Membro Independente	Sim
Critério Utilizado Para Determinar a Independência	Conforme os critérios estabelecidos no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e artigo 162 da Lei n. 6.404/1976.
Mandatos Consecutivos	2º mandato
Experiência Profissional	
Administrador com MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral, Pós Graduado em Finanças e Negócios Internacionais. Executivo com mais de 15 anos de experiência desempenhando funções nas áreas de Comércio Exterior e de Planejamento. Atuou como professor de graduação e pós-graduação na disciplina Negócios Internacionais. Atualmente ocupa a posição de Gerente Geral de Planejamento Corporativo na Usiminas. O Sr. Roberto Tavares Pinto Coelho não trabalha em empresa (i) que integra grupo econômico da Companhia ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Roberto Tavares Pinto Coelho não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da legislação em vigor.	
Declarações de Eventuais Condenações	
O Sr. Roberto Tavares Pinto Coelho declara que nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Nome	Cargo eletivo ocupado	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% Participação
Bruno Lage de Araújo Paulino	C.F. (Efetivo) Eleito p/ Controlador	4	100%
Paulo Sávio Bicalho	C.F. (Efetivo) Eleito p/ Controlador	4	100%
Larissa Campos Breves	C.F. (Suplente) Eleito p/ Controlador	4	0%
Roberto Tavares Pinto Coelho	C.F. (Suplente) Eleito p/ Controlador	4	0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Nos termos do artigo 10 da ICVM 481, a Companhia deve fornecer as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Não há informações relativas aos candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia a serem inseridas neste item 12.7, uma vez que a Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários que participem do processo de trabalho do Conselho Fiscal.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nos termos do artigo 10 da ICVM 481, a Companhia deve fornecer as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Não há informações relativas aos candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia a serem inseridas neste item 12.8, uma vez que a Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários que participem do processo de trabalho do Conselho Fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) administradores do emissor;
- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii)

controladores diretos ou indiretos do emissor

- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Nos termos do artigo 10 da ICVM 481, a Companhia deve fornecer as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Não há informações relativas à existência de relação conjugal, união estável ou parentescos até o segundo grau em relação aos candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia conforme requerido neste item 12.9.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a) administradores do emissor;**
- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;**
- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Nos termos do artigo 10 da ICVM 481, a Companhia deve fornecer as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Não há informações relativas sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os Conselheiros indicados e as pessoas especificadas no item 12.10 do Formulário de Referência.

ANEXO V**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

A Administração propõe que seja aprovada a proposta de remuneração global anual da Administração para o exercício social de 2021, no valor de até R\$ 11.400.000 (onze milhões e quatrocentos mil reais).

a) *Período a que se refere a presente proposta de remuneração:*

A proposta da Administração se refere ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, qual seja, o exercício social corrente.

b) *Comentários sobre (i) os valores aprovados na Proposta de Administração em 2020 e (ii) os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados, incluindo eventuais diferenças entre as informações descritas nos itens (i) e (ii):*

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pela Assembleia Geral Ordinária realizada pela Companhia em 25 de maio de 2020 foi de até R\$ 8.665.000 (oito milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil reais), contemplando a previsão para os valores que se esperava que seriam reconhecidos a título de despesa com remuneração baseada em ações, conforme plano de remuneração baseada em ações de emissão da Companhia.

O valor efetivamente realizado referente à remuneração dos Administradores para o exercício social de 2020 foi de R\$5.532.915 (cinco milhões, quinhentos e trinta e dois mil e novecentos e quinze reais). A diferença identificada, no valor de R\$ 3.132.085, quando comparada ao valor da remuneração global dos administradores para o exercício de 2020 aprovado em assembleia e o valor efetivamente realizado para o referido exercício, corresponde à (i) ao pagamento do bônus inferior ao valor esperado; (ii) à redução da remuneração baseada em ações, decorrente de outorga inferior ao previsto; e (iii) ao pagamento da remuneração fixa inferior ao valor esperado durante o exercício de 2020, especialmente por causa da redução devido a pandemia.

c) *Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência da companhia, esclarecendo, por exemplo, se são decorrentes da não correspondência entre o período coberto pelas propostas (letra “a”) e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social).*

O valor da remuneração global dos administradores proposto pela Administração da Companhia para o exercício social de 2021, é de até R\$ 11.400.000 (onze milhões e quatrocentos mil reais), valor superior à remuneração global dos administradores proposto pela Administração da Companhia para o exercício social de 2020 de até R\$ 8.665.000 (oito milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil reais). Esse aumento é justificado principalmente pelo (i) aumento do número de diretores em relação ao efetivo de 2020, com impacto no aumento da remuneração fixa, variável e baseada em ações deste grupo; (ii) aumento da remuneração global do Conselho de Administração; e (iii) aumento da remuneração global do Conselho Fiscal.

Para fins de maior detalhamento, segue abaixo quadro comparativo entre (i) os valores constantes na Proposta de Administração apresentada em 2021 e (ii) os valores constantes da Proposta de Administração apresentada em 2020

Remuneração Total em Valores Anuais								
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total	
	Proposta da Administração em 2021	Proposta da Administração em 2020	Proposta da Administração em 2021	Proposta da Administração em 2020	Proposta da Administração em 2021	Proposta da Administração em 2020	Proposta da Administração em 2021	Proposta da Administração em 2020
Nº de membros								
Remuneração fixa anual	1.600.000	1.602.000	3.600.000	2.855.000	200.000	168.000	5.400.000	4.625.000
Salário ou pró-labore								
Benefícios diretos e indiretos								
Participações em comitês								
Outros								
Outras remunerações fixas								
Remuneração variável	400.000	408.000	2.400.000	1.632.000	0		2.800.000	2.040.000
Bônus								
Participação de resultados								
Participação em reuniões								
Comissões								
Outros								
Outras remunerações variáveis								
Pós-emprego								
Cessação do cargo								
Baseada em ações	40.000		3.160.000	2.000.000	0		3.200.000	2.000.000
Observação								
Total da remuneração	2.040.000	2.010.000	9.160.000	6.487.000	200.000	168.000	11.400.000	8.665.000

As alterações acima descritas decorreram principalmente dos motivos acima expostos, não estando relacionadas à não correspondência entre o período coberto pelas propostas de administração e o período coberto pelo Formulário de Referência, visto que ambos consideram o mesmo período para fins de divulgação e estimativa do valor global da remuneração dos Administradores, qual seja, o exercício social com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro.

Segue abaixo o Anexo V (A) contemplando as informações relativas à remuneração dos administradores da Companhia nos últimos exercícios sociais e à previsão acima mencionada para o exercício social corrente, nos termos da Instrução CVM 480 e do inciso II do Artigo 12 da Instrução CVM 481.

ANEXO V(A)**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES****ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não possui política de remuneração dos administradores formalmente aprovada, mas adota práticas cujos objetivos são: (i) a motivação dos nossos executivos com o objetivo primordial de geração de valor para nossos acionistas, e (ii) a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o nosso resultado.

A remuneração variável dos diretores estatutários é baseada em metas definidas com base no Planejamento Estratégico da Companhia.

b) composição da remuneração, indicando

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração***Remuneração Fixa***

Pró-labore. A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração, exceto em casos em que os conselheiros também atuem como executivos, é composta por uma remuneração mensal fixa. A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia, sendo estabelecida de acordo com a legislação e os padrões de mercado. A remuneração do Presidente do Conselho de Administração é distinta da dos demais membros em função do cargo exercido, uma vez em que o Presidente possui obrigações e deveres próprios, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Dentre tais funções, pode-se destacar a de representação do Conselho de Administração nas Assembleias Gerais da Companhia, bem como a presidência das mesas das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

Benefícios Diretos e Indiretos.

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração não inclui nenhum benefício. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício do cargo em questão.

Participação em Comitês.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

O Presidente do Conselho de Administração faz jus à remuneração variável (Bônus) anual, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que tem como objetivo incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo, bem como atrair e reter os melhores profissionais do mercado. Os demais membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões. No entanto, os membros do Conselho de Administração que

ocuparem outros cargos na Companhia poderão fazer jus ao recebimento de remuneração variável.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Podemos oferecer aos membros de nosso Conselho de Administração participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos membros no médio e longo prazo. Adicionalmente, não há qualquer impedimento aos membros do nosso Conselho de Administração para que detenham opções de compra de ações da companhia em razão de outros cargos exercido nesta. Para informações sobre a remuneração baseada em ações, vide os itens 13.4 a 13.9 e 13.14 abaixo. Não há qualquer impedimento aos membros do conselho de administração para que detenham opções de compra de ações da companhia em razão de outros cargos exercido nesta.

Conselho Fiscal**Remuneração Fixa**

Pró-labore. A remuneração dos membros do nosso Conselho Fiscal é composta por uma remuneração mensal fixa. A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. Nos termos do art. 162, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“LSA”), a remuneração dos membros do conselho fiscal não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Benefícios Diretos e Indiretos.

Nos termos do art. 162, §3º da LSA, os membros do conselho fiscal fazem jus ao reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício do cargo em questão.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração baseada em ações.

Diretoria Estatutária**Remuneração Fixa**

Pró-labore. Nossos executivos (diretores estatutários) fazem jus à remuneração fixa que tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria da Companhia.

Benefícios Diretos e Indiretos.

O único benefício que compõe a remuneração de nossos diretores é um plano de saúde. No entanto, ressaltamos que o valor deste plano não possui qualquer representatividade no montante da remuneração.

Participação em Comitês

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração variável (Bônus) anual, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que tem como objetivo de incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Oferecemos a nossos executivos participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos executivos no médio e longo prazo. Para informações sobre o nosso Plano de Opções de Compra de Ações e de Incentivo Atrelado a Ações, ver os itens 13.4 a 13.9 abaixo.

Diretoria Não Estatutária***Remuneração Fixa***

Pró-labore. Nossos executivos (diretores não estatutários) fazem jus à remuneração fixa que tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria Não Estatutária da Companhia.

Benefícios Diretos e Indiretos.

O único benefício que compõe a remuneração de nossos diretores é um plano de saúde. No entanto, ressaltamos que o valor deste plano não possui qualquer representatividade no montante da remuneração.

Participação em Comitês.

Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus à remuneração variável (Bônus) anual, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que tem como objetivo de incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Oferecemos a nossos executivos participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado a ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos executivos no médio e longo prazo. Para informações sobre o nosso Plano de Opções de Compra de Ações e de Incentivo Atrelado a Ações, ver os itens 13.4 a 13.9 abaixo.

Comitês Estatutários

Os membros dos Comitês Estatutários não fazem jus à remuneração.

Comitês Não Estatutários

Os membros dos Comitês Não Estatutários não fazem jus à remuneração.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2018 foram, aproximadamente:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária
Remuneração Fixa Mensal				
Salário ou pró-labore	99%	100%	64%	60%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0%	0%	0%	0%
Participação em comitês	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%
Remuneração Variável				
Bônus	0%	0%	0%	0%
Participação nos Resultados	0%	0%	10%	28%
Participações em Reuniões	0%	0%	0%	0%
Comissões	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%
Benefícios Pós-Emprego	0%	0%	0%	0%
Cessação do Exercício do Cargo	0%	0%	0%	0%
Remuneração Baseada em Ações	1%	0%	26%	12%
Total	100%	100%	100%	100%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária
Remuneração Fixa Mensal				
Salário ou pró-labore	97%	100%	50%	36%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0%	0%	0%	0%
Participação em comitês	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%
Remuneração Variável				
Bônus	0%	0%	0%	0%
Participação nos Resultados	0%	0%	10%	14%
Participações em Reuniões	0%	0%	0%	0%
Comissões	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%
Benefícios Pós-Emprego	0%	0%	0%	0%
Cessação do Exercício do Cargo	0%	0%	0%	0%
Remuneração Baseada em Ações	3%	0%	40%	50%
Total	100%	100%	100%	100%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária
Remuneração Fixa Mensal				
Salário ou pró-labore	94%	100%	45%	49%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0%	0%	0%	0%
Participação em comitês	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%
Remuneração Variável				
Bônus	0%	0%	0%	0%
Participação nos Resultados	0%	0%	0%	0%
Participações em Reuniões	0%	0%	0%	0%
Comissões	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%
Benefícios Pós-Emprego	0%	0%	0%	0%
Cessação do Exercício do Cargo	0%	0%	0%	0%
Remuneração Baseada em Ações	6%	0%	55%	51%
Total	100%	100%	100%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos membros da administração, quando houver, conforme item (i) acima é reajustada de acordo com o desempenho de cada administrador, conforme a evolução dos indicadores de desempenho descritos no item “c” abaixo. A bonificação de nossos administradores é calculada de acordo com o atendimento das metas financeiras e operacionais, metas internas de resultados e metas individuais de cada administrador, que derivam de orçamento realizado pelo departamento de Planejamento Financeiro e aprovadas pelos administradores. Os valores da remuneração dos nossos administradores também são avaliados periodicamente de acordo com pesquisas de mercado realizadas pelo departamento de Recursos Humanos e envolvimento do Diretor Presidente e Presidente do Conselho.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Acreditamos que a combinação dos elementos fixos e variáveis que compõem a remuneração, alinha os interesses dos nossos executivos aos interesses da companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos enquanto a parcela variável, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da nossa Companhia. O plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado a ações, por sua vez, concretiza o alinhamento de interesses entre nossos executivos e a nossa Companhia no médio e longo prazo, colaborando também para a retenção dos executivos.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Dois membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração como conselheiro de administração, sendo que um deles também faz parte da Diretoria Estatutária.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração o desempenho do executivo e suas metas individuais. Para a remuneração fixa não há indicadores de desempenho específicos para sua definição.

A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no nosso orçamento, o qual é aprovado pelo nosso Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, como por exemplo, o Volume de Vendas, Geração de Caixa, o Lucro Líquido, a Margem Líquida, entre outros.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho. Esta parcela está diretamente ligada a performance individual de cada executivo e da companhia, no alcance das metas específicas definidas para cada departamento no período em questão. O valor do bônus está diretamente ligado ao desempenho do executivo demonstrado no período avaliado. Oferecemos aos nossos executivos opção de compra de ações e de incentivo atrelado a ações com a intenção de alinhar objetivos e de retenção a longo prazo.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

Nossa prática com relação aos componentes da remuneração total está diretamente alinhada aos nossos objetivos e interesses de curto e médio prazo, à medida que as metas internas, financeiras e de resultado estabelecidas pela nossa Companhia estão atreladas ao resultado da remuneração variável. Para o longo prazo, alinhamos os interesses da nossa Companhia ao dos nossos executivos por meio do plano de opção de compra de ações e incentivo atrelado a ações, reafirmando o compartilhamento do risco e do resultado entre o executivo e a nossa Companhia.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os nossos administradores não recebem remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global da administração será anualmente fixada pelo Conselho de Administração, com direcionamento do Diretor Presidente, alinhado com a estratégia de austeridade e agilidade, o quadro de diretores deve manter-se enxuto, constituído atualmente pelo Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Diretor de Incorporação e Vendas, Diretor de Engenharia Técnica e Diretor de Engenharia de Produção. A efetividade desta disciplina evidencia-se através do período que os atuais diretores estão presentes da Companhia. No caso dos próprios Conselheiros, que não são executivos na Companhia, recebem a remuneração padrão praticada pelo Mercado, restringindo-se a remuneração fixa, não se aplicando bônus por Metas ou remuneração em ações. Isto se aplica para o Conselho de Administração, bem como ao Conselho Fiscal.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é estabelecida pelo Conselho de Administração e tem como objetivo o alinhamento dos executivos com a estratégia de longo prazo definida pelo Conselho, é estabelecida de acordo com os 03 pilares: (i) remuneração fixa em linha com o setor de construção, (ii) participação nos lucros, por meio de um plano de Metas anuais, que também é aprovado pelo Conselho de Administração e (iii) incentivo de longo prazo através do plano de remuneração em ações (Plano de Matching).

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada. Todavia, periodicamente contratamos uma consultoria de renome para realizar uma pesquisa de mercado dentre as principais empresas do setor de construção. Este estudo é apresentado ao Diretor Presidente que, existindo necessidade de ajustes na remuneração dos diretores para adequar ao praticado pelo Mercado, sugere adequações ao Conselho de Administração que delibera de forma colegiada. A efetividade desta disciplina evidencia-se através do período que os atuais diretores estão presentes da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de Administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:
--

Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021

2021E	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	5,83	3,00	15,83
Número de membros remunerados	5,00	5,83	3,00	13,83
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	1.600.000,00	3.600.000,00	200.000,00	5.400.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Remuneração Variável (R\$)				
Bônus	400.000,00	2.400.000,00	0	2.800.000,00
Participação nos Resultados	0	0	0	0
Participação em Reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Benefícios pós-emprego do cargo	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	40.000,00	3.160.000,00	0	3.200.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	-
Total	2.040.000,00	9.160.000,00	200.000,00	11.400.000,00

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,92	4,83	3,00	14,75
Número de membros remunerados	5,33	4,83	3,00	13,17
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	1.378.489,28	2.555.443,78	141.344,81	4.075.277,87
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Remuneração Variável (R\$)				
Bônus	0,00	415.692,50	0	415.692,50
Participação nos Resultados	0	0	0	0
Participação em Reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Benefícios pós-emprego do cargo	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	13.465	1.028.479,45	0	1.041.944,16
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	-
Total	1.391.953,99	3.999.615,73	141.344,81	5.532.914,53

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	4,83	3,00	14,83
Número de membros remunerados	5,75	4,83	3,00	13,58
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	1.072.914,25	2.813.538,58	137.835,53	4.024.288,36
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável (R\$)				
Bônus	0,00	566.824,61	0,00	566.824,61
Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	35.817,52	2.280.665,42	0,00	2.316.482,94
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	-
Total	1.108.731,77	5.661.028,61	137.835,53	6.907.595,91

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
Salário / Pró-labore	792.305,41	1.904.177,71	130.415,32	2.826.898,44
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável (R\$)				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	77.454,96	2.281.656,43	0,00	2.359.111,39
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	-
Total	869.760,37	4.185.834,14	130.415,32	5.186.009,83

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021

2021E	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	5,83	3,00	15,83
Número de membros remunerados	5,00	5,83	3,00	13,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	400.000,00	400.000,00	0,00	800.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	400.000,00	2.400.000,00	0,00	2.800.000,00

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,92	4,83	3,00	14,75
Número de membros remunerados	5,33	4,83	3,00	13,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	408.000,00	1.632.000,00	0,00	2.040.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	408.000,00	1.632.000,00	0,00	2.040.000,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	4,83	3,00	14,83
Número de membros remunerados	0,00	4,83	0,00	4,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever

a) Termos e condições gerais

Os nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2009 (“**AGE de 22/12/2009**”), o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da nossa Companhia, o qual estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de Ações a executivos, empregados, administradores e outros colaboradores (em conjunto, “**Beneficiários do Plano de Opção 2009**”), objetivando atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar os seus interesses com os da nossa Companhia e de nossos acionistas (“**Plano de Opção 2009**”). O referido Plano de Opção 2009 foi aditado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 janeiro de 2011 (“**AGE de 13/01/2011**”), quanto ao limite máximo a ser observado para a outorga de opções no âmbito do referido Plano de Opção 2009 e do Programa de Opção I descrito abaixo.

As características, termos e condições das outorgas no âmbito do Plano de Opção 2009 foram aprovados na AGE de 22/12/2009, por meio do estabelecimento de dois Programas de Opção de Compra de Ações, conforme abaixo descritos, que poderão resultar na emissão de até 8.674.673 ações, conforme aprovado na AGE de 13/01/2011, tendo em vista que o limite anterior de emissão no âmbito do Plano de Opção 2009 aprovado anteriormente na AGE de 22/12/2009 era de até 7.374.673 ações.

- Programa de Opção I: Foi fixado o limite de 2.663.301 opções de compra para o Programa de Opção I na AGE de 22/12/2009, tendo sido o mesmo alterado para 3.963.301, conforme deliberado na AGE de 13/01/2011. O preço de exercício das opções de compra outorgadas no âmbito do Programa de Opção I, a ser pago pelos respectivos Beneficiários do Plano de Opção 2009, será de R\$1,20 por opção. As opções tornar-se-ão exercíveis em 5 (cinco) parcelas anuais, sendo 20% na data da outorga pelo Conselho de Administração e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes, excetuados períodos de aquisição pactuados em contratos aprovados expressamente pelo Conselho de Administração de forma diversa.
- Programa de Opção II: Foi fixado o limite de 4.711.372 opções de compra para o Programa de Opção II, conforme deliberado na AGE de 22/12/2009. O preço de exercício das opções no âmbito do Programa de Opção II será de R\$10,50, atualizado pelo IPCA e ajustado por distribuições de dividendos e outros proventos, desdobramentos, bonificação e outros eventos ocorridos em nossa Companhia durante a vigência das opções outorgadas pelo Programa de Opção II. Se o preço do exercício, após os abatimentos, resultar negativo, a opção de compra deverá ser exercida pelo valor de R\$0,01 (um centavo). As opções tornar-se-ão exercíveis em 5 (cinco) parcelas anuais, sendo 20% em cada um dos cinco aniversários subsequentes à data da outorga das opções pelo Conselho de Administração, excetuados prazos de exercícios pactuados em contratos aprovados expressamente pelo Conselho de Administração de forma diversa.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou em 28 de abril de 2015 o Plano de Opção de Compra de Ações e de Incentivo Atrelado a Ações de emissão da nossa Companhia ("**Novo Plano**"), o qual estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de Ações e concessão de ações de incentivo a administradores e empregados da Companhia e/ou das Sociedades de Propósito Específico em que a Companhia tenha participação (em conjunto "**Beneficiários do Novo Plano**"), objetivando atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar os seus interesses com os da nossa Companhia e de nossos acionistas. O Novo Plano delega ao nosso Conselho de Administração a competência para delimitar todos os termos e condições nos quais as opções serão outorgadas e as ações de incentivo serão concedidas, por meio da aprovação de programas, observado que as opções outorgadas e as ações concedidas como incentivo não poderão ultrapassar o limite máximo de 5,0% (cinco por cento) das ações do capital subscrito e integralizado da nossa Companhia, sendo que este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da nossa Companhia.

No âmbito do Novo Plano, o Conselho de Administração da Companhia aprovou em 15/05/2015, conforme alterado em 21/07/2015, o 1º Programa de Incentivo Atrelado às Ações ("**1º Programa de Matching**"), e em 20/03/2017 aprovou o 2º Programa de Incentivo Atrelado às Ações ("**2º Programa de Matching**"), com as seguintes características:

- **1º Programa de Matching:** os Beneficiários do Novo Plano poderão adquirir ações ordinárias de emissão da nossa Companhia negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 S.A. -Brasil, Bolsa, Balcão por intermédio de uma corretora de valores. O limite de ações que poderão ser adquiridas

por cada Beneficiário do Novo Plano será definido e individualizado a exclusivo critério do Conselho de Administração da nossa Companhia no âmbito dos respectivos contratos de adesão a serem celebrados entre a Companhia e cada Beneficiário do Novo Plano que optar por aderir ao Programa de *Matching*. Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários do Novo Plano por intermédio da corretora no âmbito do Programa de *Matching* a Companhia outorgará aos Beneficiários do Novo Plano duas ações ordinárias da Companhia oriundas da tesouraria da Companhia, sendo que a outorga será realizada em lotes de 25% do total de ações ao longo de quatro anos (cada ano um “Período de Carência”). Para que o Beneficiário do Novo Plano faça jus ao recebimento das ações de incentivo ao final de cada Período de Carência ele não poderá ter alienado ou transferido, total ou parcialmente, as ações detidas por tal Beneficiário do Novo Plano, inclusive aquelas recebidas em razão do término de Períodos de Carência anteriores.

- 2º Programa de *Matching*: os Beneficiários do Novo Plano poderão adquirir ações ordinárias de emissão da nossa Companhia negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 S.A. -Brasil, Bolsa, Balcão por intermédio de uma corretora de valores. O limite de ações que poderão ser adquiridas por cada Beneficiário do Novo Plano será definido e individualizado a exclusivo critério do Conselho de Administração da nossa Companhia no âmbito dos respectivos contratos de adesão a serem celebrados entre a Companhia e cada Beneficiário do Novo Plano que optar por aderir ao Programa de *Matching*. Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários do Novo Plano por intermédio da corretora no âmbito do Programa de *Matching* a Companhia outorgará aos Beneficiários do Novo Plano cinco ações ordinárias da Companhia oriundas da tesouraria da Companhia, sendo que a outorga será realizada em lotes de 25% do total de ações ao longo de quatro anos (cada ano um “Período de Carência”). Para que o Beneficiário do Novo Plano faça jus ao recebimento das ações de incentivo ao final de cada Período de Carência ele não poderá ter alienado ou transferido, total ou parcialmente, as ações detidas por tal Beneficiário do Novo Plano.

b) Principais objetivos do plano

O Plano de Opção 2009 tem por objetivo permitir que os executivos, empregados, administradores e outros colaboradores adquiram ações ordinárias da nossa Companhia, com a finalidade de alinhar interesses dos nossos acionistas aos de nossos administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da nossa Companhia. Além disso, o Plano de Opção tem como objetivo atrair administradores e empregados de alto nível, oferecendo-lhes a vantagem de se tornarem acionistas da nossa Companhia em condições potencialmente diferenciadas.

Os principais objetivos do Novo Plano por meio do Plano de Opção de Compra de Ações são os seguintes:

(a) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação das metas empresariais, mediante a criação de incentivos de longo prazo que visem a maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia; (b) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia; e (c) promover o bom desempenho da Companhia e os interesses de seus acionistas, mediante o comprometimento de longo prazo de seus administradores e empregados.

Os principais objetivos do Novo Plano por meio do Plano de Incentivo Atrelado a Ações são os seguintes: (i) incentivar o sentimento de “dono” da Companhia nos Beneficiários dos programas; (ii) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos da Companhia; e (iii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências dos administradores e empregados,

alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da nossa Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a promover os interesses dos acionistas, os objetivos sociais e aos planos de crescimento da nossa Companhia, com a finalidade de maximizar seus lucros. O oferecimento de opções de compra de ações e da concessão de ações de incentivo estimula os Beneficiários, por meio do seu comprometimento, a buscar a valorização das ações no médio e longo-prazo. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da nossa Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano de Opção 2009 e do Novo Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da nossa Companhia

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opção 2009 e o Novo Plano consistem em uma ferramenta de retenção de administradores, executivos e funcionários da nossa Companhia no longo prazo.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas de opções de compra de ações realizadas com base no Plano de Opção 2009 e no Novo Plano, assim como a outorga de ações de incentivo com base no Programa de *Matching* consistem em mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores aos de nossa Companhia e de nossos acionistas em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da nossa Companhia no curto, médio e longo prazo. O Beneficiário do Plano de Opção 2009 tem como incentivo, desde o curto prazo, o exercício de opções (20% das opções já são exercíveis pelo Beneficiário no momento da outorga no Programa de Opção I e 12 meses após a outorga no Programa de Opção II). Adicionalmente, a existência de períodos de carência (as opções tornam-se exercíveis na razão de 20% ao ano) também promove o alinhamento dos interesses do Beneficiário do Plano de Opção 2009 aos interesses da nossa Companhia e de nossos acionistas no médio e longo prazo. Já os Programas de *Matching* visam a exposição e o alinhamento do Beneficiário do Novo Plano às ações ordinárias da Companhia em um horizonte de quatro anos por meio de prazos anuais de carência.

f) Número máximo de ações abrangidas

No âmbito do Plano de Opção 2009, limitam-se as outorgas ao máximo de 8.674.673 ações ordinárias, conforme aprovado na AGE de 13.01.2011, observados os limites de 3.963.301 ações para o Programa de Opção I e 4.711.372 ações para o Programa de Opção II. Na data deste documento, o limite máximo de outorgas no âmbito do Plano de Opção 2009, qual seja, de 8.674.673 ações ordinárias corresponde a 6,51% das ações representativas do capital social da nossa Companhia.

No âmbito do Novo Plano as opções outorgadas e as ações concedidas como incentivo não poderão

ultrapassar o limite máximo de 5,0% (cinco por cento) das ações do capital subscrito e integralizado da nossa Companhia.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito do Plano de Opção 2009, cada opção assegura ao Beneficiário do Plano de Opção 2009 o direito de adquirir uma ação ordinária da nossa Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima. Esta quantia corresponde a 8.674.673 opções, conforme aprovado na AGE de 13/01/2011.

No âmbito do Novo Plano, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima observada ainda quantidade de ações concedidas como incentivo.

h) Condições de aquisição de ações

Plano de Opção 2009:

As opções no âmbito do Programa de Opção I tornar-se-ão exercíveis, permitindo a aquisição de ações pelo Beneficiário, em 5 (cinco) parcelas anuais, sendo 20% na data da outorga pelo Conselho de Administração e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes, excetuados períodos de aquisição pactuados em contratos aprovados expressamente pelo Conselho de Administração de forma diversa.

No âmbito do Programa de Opção II, as opções tornar-se-ão exercíveis em 5 (cinco) parcelas anuais, sendo 20% em cada um dos cinco aniversários subsequentes à data da outorga das opções pelo Conselho de Administração, excetuados prazos de exercícios pactuados em contratos aprovados expressamente pelo Conselho de Administração de forma diversa.

O Beneficiário somente adquire direitos e privilégios de acionista da nossa Companhia após o exercício e pagamento das opções de compra. Observados os prazos de carência previstos no contrato de opções de compra, cada uma das parcelas das opções de compra poderá ser exercida pelo beneficiário a qualquer momento, durante o prazo de até 2 (dois) anos após a respectiva data da aquisição do direito de exercício das opções. O valor devido pelo exercício da opção de compra será pago à vista, e os direitos e privilégios de acionista somente serão adquiridos após o pagamento das opções de compra.

Observada a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da nossa Companhia, o Conselho de Administração poderá determinar, a qualquer tempo, a suspensão do direito ao exercício das opções de compra sempre que verificadas situações que, nos termos de tal política e das normas legais ou regulamentares aplicáveis, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

Novo Plano:

No âmbito do 1º Programa de *Matching*, para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários do Novo Plano por intermédio de uma corretora no âmbito do 1º Programa de *Matching* a Companhia outorgará aos Beneficiários do Novo Plano duas ações ordinárias da Companhia oriundas da tesouraria da Companhia, sendo que a outorga será realizada em lotes de 25% do total de ações ao longo de quatro anos (cada ano um “Período de Carência”). Para que o Beneficiário do Novo Plano faça jus ao recebimento das ações de incentivo ao final de cada Período de Carência, o Beneficiário do Novo Plano: (i) não pode ter vendido e/ou transferido, total ou parcialmente, as ações ordinárias da Companhia detidas pelo Beneficiário do Novo Plano (inclusive aquelas decorrentes de transferências realizadas pela Companhia em

razão do término de Períodos de Carência anteriores); (ii) não pode ter realizado operações envolvendo derivativos com as ações ordinárias da Companhia, adquiridas ou não no âmbito do 1º Programa de *Matching*, que configurem posições vendidas em ações da Companhia, assim como o aluguel para terceiros de ações da Companhia; e (iii) deve ser, na data de término de cada Período de Carência, administrador ou empregado da Companhia e/ou das Sociedades de Propósito Específico em que a Companhia tenha participação.

No âmbito do 2º Programa de *Matching*, para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários do Novo Plano por intermédio de uma corretora no âmbito do 2º Programa de *Matching* a Companhia outorgará aos Beneficiários do Novo Plano cinco ações ordinárias da Companhia oriundas da tesouraria da Companhia, sendo que a outorga será realizada em lotes de 25% do total de ações ao longo de quatro anos (cada ano um “Período de Carência”). Para que o Beneficiário do Novo Plano faça jus ao recebimento das ações de incentivo ao final de cada Período de Carência, o Beneficiário do Novo Plano: (i) não pode ter vendido e/ou transferido, total ou parcialmente, as ações ordinárias da Companhia detidas pelo Beneficiário do Novo Plano; (ii) não pode ter realizado operações envolvendo derivativos com as ações ordinárias da Companhia, adquiridas ou não no âmbito do 2º Programa de *Matching*, que configurem posições vendidas em ações da Companhia, assim como o aluguel para terceiros de ações da Companhia; e (iii) deve ser, na data de término de cada Período de Carência, administrador ou empregado da Companhia e/ou das Sociedades de Propósito Específico em que a Companhia tenha participação.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opção 2009:

O preço de exercício das opções de compra outorgadas no âmbito do Programa de Opção I, a ser pago pelos respectivos Beneficiários, será de R\$1,20. O preço de exercício das opções de compra outorgadas no âmbito do Programa de Opção II, a ser pago pelos respectivos Beneficiários, será de R\$10,50, atualizado pelo IPCA e ajustado por distribuições de dividendos e outros proventos, desdobramentos, bonificação e outros eventos ocorridos na nossa Companhia durante a vigência das opções outorgadas pelo Programa de Opção II. Se o preço do exercício, após os abatimentos, resultar negativo, a opção de compra poderá ser exercida pelo valor de R\$0,01 (um centavo).

Novo Plano:

No âmbito dos Programas de *Matching*, o Beneficiário do Novo Plano adquirirá as ações ordinárias de emissão da Companhia que serão usadas como base para outorga do incentivo pelo valor de mercado de tais ações conforme cotação no mercado de bolsa de valores da B3. As ações incentivadas serão concedidas pela Companhia sem a necessidade de pagamento de preço de aquisição.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de Opção 2009:

As opções de compra outorgadas para cada Beneficiário são divididas em 5 (cinco) lotes anuais iguais, cada um deles exercível respectivamente a partir de uma data determinada (22 de dezembro de 2009 para a primeira outorga do Programa de Opção I e 22 de dezembro de 2010 para a primeira outorga do Programa de Opção II) e nos subsequentes aniversários desta data.

A divisão das opções em lotes atende aos objetivos de vinculação do Beneficiário e alinhamento de interesses do referido Beneficiário aos interesses da nossa Companhia e dos nossos acionistas no curto, médio e longo prazos. As opções de cada lote anual poderão ser exercidas no prazo de 2 (dois) anos a

partir do momento que se tornem exercíveis.

Novo Plano:

A transferências das ações serão realizadas em lotes iguais de 25% ao longo de quatro anos (cada ano um “Período de Carência”), sendo que, para que o Beneficiário do Novo Plano faça jus ao recebimento das ações de incentivo ao final de cada Período de Carência ele não poderá ter alienado ou transferido, total ou parcialmente, as ações detidas por tal Beneficiário do Novo Plano, sendo que para os beneficiários do 1º Programa de Matching, inclusive as ações recebidas em razão do término de Períodos de Carência anteriores.

A divisão da entrega das ações de incentivo em lotes anuais pelo período de quatro anos tem o objetivo de garantir a exposição do Beneficiário do Novo Plano ao valor das ações ordinárias da Companhia nesse período de tempo, permitindo o alinhamento de interesses do referido Beneficiário do Novo Plano aos interesses da nossa Companhia e dos nossos acionistas no médio e longo prazo.

k) Forma de liquidação

Plano de Opção 2009:

As ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são emitidas mediante a aumento de capital correspondente, sempre o referido aumento realizado no limite do capital autorizado e homologado pelo Conselho de Administração. Também nos utilizamos de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções. Nos Programas aprovados até a data deste documento, a regra é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

Novo Plano:

No âmbito dos Programas de *Matching*, as ações de incentivo serão oriundas da tesouraria da Companhia e a liquidação se dará mediante entrega das ações de incentivo ao fim de cada Período de Carência.

l) Restrições à transferência das ações

Plano de Opção 2009:

Nosso Plano de Opção 2009 não estabelece restrições à transferência de ações.

Novo Plano:

No âmbito dos Programas de *Matching* não há proibição de alienação de ações pelo Beneficiário do Novo Plano. Contudo, é condição para que o referido Beneficiário do Novo Plano receba as ações de incentivo ao final de cada Período de Carência que este Beneficiário não tenha realizado nenhuma alienação ou transferência de ações da Companhia (sendo que, para os beneficiários do 1º Programa de Matching, tal proibição se aplica inclusive às ações recebidas ao final de Períodos de Carência anteriores).

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opção 2009:

O Plano de Opção 2009 pode ser alterado ou mesmo extinto pelo Conselho de Administração. Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão do referido órgão pode alterar: (i) o limite de ações objeto do Plano de Opção 2009; e (ii) os direitos e obrigações adquiridos pelo Beneficiário do Plano de Opção 2009, relativos a qualquer outorga realizada no âmbito do Plano de Opção 2009.

Caso venham a ser feitas modificações na estrutura acionária da Companhia, envolvendo um desdobramento, grupamento, bonificação em ações, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, ou modificação semelhante nas ações, o nosso Conselho de Administração deverá ajustar o Plano de Opção 2009 às modificações ocorridas nas ações objeto das opções de compra não exercidas pelos seus titulares. Para fins de esclarecimento, o preço de exercício das opções de compra deverá ser reduzido na hipótese de distribuições de valores aos acionistas, incluindo dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou qualquer outra operação que tenha efeito assemelhado.

Caso a Companhia seja parte de (i) fusão ou incorporação que resulte na extinção da Companhia, cisão com versão de todos ou substancialmente todos os ativos operacionais da Companhia para outra empresa; ou (ii) venda de todos ou substancialmente todos os nossos ativos operacionais; ou (iii) outra forma de reorganização societária que produza efeito similar, o Conselho de Administração deverá dispor, nos documentos relativos à operação em questão, sobre a alteração ou substituição do Plano de Opção 2009 e das opções de compra por novas opções de compra da entidade sucessora ou que adquirir os ativos da nossa Companhia. As decisões do Conselho de Administração sobre alteração ou substituição do Plano de Opção 2009 e das opções de compra serão compulsórias para os Beneficiários do Plano de Opção 2009, sem que lhes assista qualquer direito de indenização.

Nas hipóteses de cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta, cessação de negociação, dissolução e liquidação da nossa Companhia, ou decretação de sua falência, todas as opções de compra ainda não liberadas para exercício tornar-se-ão exercíveis antecipadamente, devendo ser exercidas no prazo de 10 (dez) dias contados do ato que lhe der causa.

Novo Plano:

O Novo Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. O término da vigência do Plano, no entanto, não afetará a eficácia das opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada programa.

O Novo Plano, bem como os regulamentos e os seus respectivos contratos de adesão que vierem a ser aprovados em cada programa não impedirão qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia e/ou as Sociedades de Propósito Específico em que a Companhia tenha participação, devendo o Conselho de Administração determinar e realizar os ajustes cabíveis nos respectivos regulamentos e contratos de adesão para proteger os interesses dos Beneficiários do Novo Plano.

Na eventualidade de o número, espécie e/ou classe das ações de emissão da Companhia serem alterados em razão de desdobramentos, bonificações, grupamentos ou conversões, o Conselho de Administração deverá informar aos Beneficiários do Novo Plano por escrito o ajuste correspondente ao preço de aquisição, número, espécie e/ou classe das ações objeto de cada Opção e/ou do incentivo em vigor, conforme o caso.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opção 2009:

Nos termos do Plano de Opção 2009, o desligamento do Beneficiário do Plano de Opção 2009 terá os seguintes efeitos sobre as opções a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída: (i) havendo motivação relevante, perecem automaticamente todos os seus direitos de exercer as opções de compra concedidas, sejam ou não exercíveis na data do desligamento; (ii) no caso de inexistência de motivação relevante, demissão voluntária ou pedido de aposentadoria, as opções já exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 90 (noventa) dias e as demais serão extintas; (iii) em caso de desligamento da Diretoria, permanecendo o Beneficiário do Plano de Opção 2009 ainda como Conselheiro, preservam-se inalteradas todas as suas

opções de compra, que poderão ser exercidas no tempo e modo previstos dos respectivos contratos celebrados com os Beneficiários do Plano de Opção 2009; (iv) em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário do Plano de Opção 2009, em virtude exclusivamente de acidente de trabalho, todas as opções de compra outorgadas tornar-se-ão imediata e antecipadamente exercíveis. Nos demais casos de morte ou invalidez permanente, poderão ser exercidas apenas as opções de compra que já forem exercíveis, considerando-se para tanto, inclusive, a fração do período anual de aquisição do direito de exercício, proporcional ao número de meses já decorridos, até a data do falecimento ou da invalidez permanente do Beneficiário do Plano de Opção 2009.

Novo Plano:

Nos termos do Novo Plano, caberá ao Conselho de Administração estabelecer as regras aplicáveis em caso de a) desligamento; (b) falecimento; (c) invalidez permanente; (d) aposentadoria; ou (e) dissolução e/ou liquidação da Companhia.

No âmbito dos Programas de *Matching*, nos casos de desligamento por iniciativa do Beneficiário do Novo Plano (e.g. pedido de demissão e renúncia) ou desligamento por iniciativa da Companhia por justa causa (e.g. dispensa por justa causa ou destituição por justo motivo) durante um determinado Período de Carência, o Beneficiário do Novo Plano deixará de fazer jus a todas as ações que lhe foram outorgadas em razão dos Programas de *Matching*, exceto àquelas que já lhe tenham sido transferidas em razão do término de Períodos de Carência anteriores. Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia sem justa causa (e.g. dispensa sem justa causa, ou destituição sem justo motivo) ou de aposentadoria ao longo de um determinado Período de Carência, o Beneficiário do Novo Plano fará jus (i) ao lote de ações que lhe seria transferido ao término do respectivo Período de Carência de forma proporcional ao número de meses em que o Beneficiário do Novo Plano manteve a sua relação com a Companhia ao longo do respectivo Período de Carência; e (ii) a todas as ações que já lhe tenham sido transferidas em razão do término de Períodos de Carência anteriores. O Beneficiário do Novo Plano, entretanto, não fará jus às ações que lhe seriam transferidas em razão do término dos Períodos de Carência que se iniciariam após o seu desligamento. Nos casos de desligamento por morte ou aposentadoria por invalidez, o Beneficiário do Novo Plano aposentado ou seus herdeiros legais, conforme o caso, receberão, independentemente do término dos respectivos Períodos de Carência, todas as ações aos quais teriam direito em razão dos Programas de *Matching*.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

As informações prestadas neste item referem-se ao Plano de Opções 2009 e aos Programas de *Matching*. Vale mencionar que os Programas de *Matching* não preveem outorga de opções, mas sim concessão gratuita de ações em adição a determinado número de ações adquiridas pelos beneficiários no mercado de bolsa de valores. Para mais informações sobre os Programas de *Matching* vide item 13.4 deste documento.

Previsão 2021

Os valores abaixo são estimados. As outorgas de opções e ações no âmbito do Programa *Matching* são definidas pelo Conselho de Administração com base no desempenho individual de cada Beneficiário durante o exercício social, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente observados.

Outorgado	1ª Outorga do 1º Programa <i>Matching</i> ⁴		2ª Outorga do 1º Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
2021 (1/5)				
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ²	1,00	7,00	1,00	7,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	N/A	N/A	2017	2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	7.500	12.500
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	25% ao ano a partir de 09/2017	25% ao ano a partir de 09/2017
Prazo máximo para exercício das opções ³	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	4 anos	4 anos
Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- perdas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A	R\$ 5,22	R\$ 5,87
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A	0,01%	0,01%

Outorgado	1ª Outorga do 2º Programa <i>Matching</i> ⁴		2ª Outorga do 2º Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
2021 (2/5)				
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ²	1,00	7,00	1,00	7,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	2017	2017	2018	2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	340.000	N/A	65.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de 09/2017	25% ao ano a partir de 09/2017	25% ao ano a partir de 09/2017	25% ao ano a partir de 09/2018
Prazo máximo para exercício das opções ³	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- perdas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 5,25	R\$ 5,22	R\$ 5,79
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,23%	N/A	0,04%

Outorgado	3ª Outorga do 2º Programa Matching ⁴		Outorga por pagamento de dividendos (D1) – Programa Matching ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
2021 (3/5)				
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ²	1,00	7,00	1,00	7,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	2020	2020	2018	2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	85.000	N/A	40.013
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de 04/2020	25% ao ano a partir de 04/2020	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores
Prazo máximo para exercício das opções ³	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- perdas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 7,80	R\$ 6,20	R\$ 6,20
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,06%	N/A	0,03%

Outorgado	Outorga por pagamento de dividendos (D2) – Programa Matching ⁴		Outorga por pagamento de dividendos (D3) – Programa Matching ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
2021 (4/5)				
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ²	1,00	7,00	1,00	7,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	2018	2018	2019	2019
Quantidade de opções outorgadas	312	18.985	314	19.089
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	São incorporados no fluxo das	São incorporados no fluxo das	São incorporados no fluxo das	São incorporados no fluxo das

	outorgas anteriores	outorgas anteriores	outorgas anteriores	outorgas anteriores
Prazo máximo para exercício das opções ³	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 9,16	R\$ 9,16	R\$ 12,49	R\$ 12,49
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,01%	0,00%	0,01%

Outorgado	Outorga por pagamento de dividendos (D4) – Programa <i>Matching</i> ⁴	
2021 (5/5)	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número total de membros	7,00	7,00
Número de membros remunerados ²	1,00	7,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	2020	2020
Quantidade de opções outorgadas	474	33.948
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores
Prazo máximo para exercício das opções ³	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	4 anos	4 anos
Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
- perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 13,94	R\$ 13,94
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,02%

Notas:

1. A remuneração dos Conselheiros que fazem parte da Diretoria Estatutária está considerada na coluna “Diretoria Estatutária”.
2. Para mais informações sobre o Programa de *Matching* vide item 13.4 deste documento

Exercício 2020

Outorgado	Outorga por pagamento de dividendos (D4) – Programa <i>Matching</i> ⁴		3ª Outorga do 2º Programa <i>Matching</i> ⁴	
2020	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ²	1,00	7,00	1,00	7,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	2020	2020	2020	2020
Quantidade de opções outorgadas	474	53.272	N/A	340.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores	N/A	25% ao ano a partir de 01/01/2021
Prazo máximo para exercício das opções ³	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	R\$13,94	R\$13,94	R\$7,80	R\$7,80
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,04%	0,00%	0,23%

Exercício 2019

Outorgado	Outorga por pagamento de dividendos – Programa <i>Matching</i> ⁴		Outorga por pagamento de dividendos – Programa <i>Matching</i> ⁴	
2019	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número total de membros	7,00	4,75	7,00	4,75
Número de membros remunerados ²	1,00	4,75	1,00	4,75
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	25/03/2019	25/03/2019	23/10/2019	23/10/2019
Quantidade de opções outorgadas	1.061	47.572	628	42.249
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% em cada um dos 4 aniversários subsequentes ao dia	25% em cada um dos 4 aniversários subsequentes ao dia	25% em cada um dos 4 aniversários subsequentes ao dia	25% em cada um dos 4 aniversários subsequentes ao dia

	04/09/2017	04/09/2017	04/09/2017	04/09/2017
Prazo máximo para exercício das opções ³	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	0,00
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- perdas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	R\$5,79	R\$5,79	R\$5,79	R\$6,20
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,07%	0,07%	0,07%	0,06%

Notas:

1. A remuneração dos Conselheiros que fazem parte da Diretoria Estatutária está considerada na coluna “Diretoria Estatutária”
2. Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/Nº3/2020.
3. Corresponde ao prazo máximo para exercício após a data que as opções se tornarem exercíveis.
4. Para mais informações sobre o Programa de *Matching* vide item 13.4 deste Formulário de Referência

Exercício 2018

Outorgado	2ª Outorga do 1º Programa <i>Matching</i> ⁴		D1 - Outorga do 2º Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
2018				
Número total de membros	7,00	4,00	7,00	4,00
Número de membros remunerados ²	0,00	1,00	0,00	1,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	N/A	05/09/2018	N/A	01/10/2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	100.000	N/A	94.413
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	25% em cada um dos 4 aniversários subsequentes ao dia 04/09/2017	0	25% em cada um dos 4 aniversários subsequentes ao dia 04/09/2017
Prazo máximo para exercício das opções ³	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	4 anos	N/A	4 anos
Preço médio ponderando de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	0,00
- em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	0,00
- perdas durante o exercício social	0	N/A	0	0,00
- exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	0,00
- expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	0,00

Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$5,79	N/A	R\$6,20
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,07%	0,00%	0,06%

Notas:

5. A remuneração dos Conselheiros que fazem parte da Diretoria Estatutária está considerada na coluna “Diretoria Estatutária”
6. Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/Nº3/2020.
7. Corresponde ao prazo máximo para exercício após a data que as opções se tornarem exercíveis.
8. Para mais informações sobre o Programa de *Matching* vide item 13.4 deste Formulário de Referência

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

2020 (1/5)	1ª Outorga do 1º Programa <i>Matching</i> ⁴		2ª Outorga do 1º Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ¹	1,00	7,00	1,00	7,00
Opções ainda não exercíveis				
i) quantidade ²	N/A	N/A	7.500	12.500
ii) data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	25% ao ano a partir de 04/09/2017	25% ao ano a partir de 04/09/2017
iii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	01/09/2021	01/09/2021
iv) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	4 anos	4 anos
v) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
vi) valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A	R\$ 5,22	R\$ 5,22
Opções exercíveis				
i) quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
iv) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
v) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

2020 (2/5)	1ª Outorga do 2º Programa <i>Matching</i> ⁴		2ª Outorga do 2º Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ¹	1,00	7,00	1,00	7,00

Opções ainda não exercíveis				
i) quantidade ²	N/A	340.000	N/A	130.000
ii) data em que se tornarão exercíveis	25% ao ano a partir de 02/01/2017	25% ao ano a partir de 02/01/2017	25% ao ano a partir de 04/09/2018	25% ao ano a partir de 04/09/2018
iii) prazo máximo para exercício das opções	04/09/2022	04/09/2022	04/09/2022	04/09/2022
iv) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	4 anos	4 anos
v) preço médio ponderado de exercício	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
vi) valor justo das opções na data da outorga	R\$ 5,25	R\$ 5,25	R\$ 5,79	R\$ 5,79
Opções exercíveis				
i) quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
iv) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
v) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

2020 (3/5)	3ª Outorga do 2º Programa <i>Matching</i> ⁴		Outorga por pagamento de dividendos (D1) – Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ¹	1,00	7,00	1,00	7,00
Opções ainda não exercíveis				
i) quantidade ²	N/A	340.000	N/A	49.454
ii) data em que se tornarão exercíveis	25% ao ano a partir de 01/01/2020	25% ao ano a partir de 01/01/2020	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores
iii) prazo máximo para exercício das opções	01/01/2024	01/01/2024	04/09/2022	04/09/2022
iv) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	4 anos	4 anos
v) preço médio ponderado de exercício	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
vi) valor justo das opções na data da outorga	R\$ 7,80	R\$ 7,80	R\$ 6,20	R\$ 6,20
Opções exercíveis				
i) quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) prazo máximo para exercício das	N/A	N/A	N/A	N/A

opções				
iii) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
iv) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
v) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

2020 (4/5)	Outorga por pagamento de dividendos (D2) – Programa <i>Matching</i> ⁴		Outorga por pagamento de dividendos (D3) – Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ¹	1,00	7,00	1,00	7,00
Opções ainda não exercíveis				
i) quantidade ²	312	21.950	314	22.194
ii) data em que se tornarão exercíveis	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores
iii) prazo máximo para exercício das opções	04/09/2022	04/09/2022	04/09/2022	04/09/2022
iv) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	4 anos	4 anos
v) preço médio ponderado de exercício	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
vi) valor justo das opções na data da outorga	R\$ 9,16	R\$ 9,16	R\$ 12,49	R\$ 12,49
Opções exercíveis				
i) quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
iv) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
v) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

2020 (5/5)	Outorga por pagamento de dividendos (D4) – Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária ¹
Número total de membros	7,00	7,00
Número de membros remunerados ¹	1,00	7,00
Opções ainda não exercíveis		

i) quantidade ²	474	53.272
ii) data em que se tornarão exercíveis	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores	São incorporados no fluxo das outorgas anteriores
iii) prazo máximo para exercício das opções	01/01/2024	01/01/2024
iv) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
v) preço médio ponderado de exercício	R\$ -	R\$ -
vi) valor justo das opções na data da outorga	R\$ 13,94	R\$ 13,94
Opções exercíveis		
i) quantidade	N/A	N/A
ii) prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
iii) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
iv) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
v) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

Notas:

- Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opção, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº3/2020.
- Considera o saldo de ações outorgadas automaticamente por pagamento de dividendos, nos termos do regulamento do programa.
- Para mais informações sobre o Programa de Matching vide item 13.4 deste documento.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

2020 (1/4)	1ª Outorga do 1º Programa Matching ⁴		2ª Outorga do 1º Programa Matching ⁴	
	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ¹	1,00	7,00	1,00	7,00
Opções exercidas				
i) número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de exercício e o valor	N/A	N/A	N/A	N/A

de mercado das ações relativas às opções exercidas				
Ações entregues²				
i) número de ações entregues	N/A	36.000	7.500	12.500
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

2020 (2/4)	1ª Outorga do 2º Programa <i>Matching</i> ⁴		2ª Outorga do 2º Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados¹	1,00	7,00	1,00	7,00
Opções exercidas				
i) número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações entregues²				
i) número de ações entregues	N/A	340.000	N/A	65.000
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

2020 (3/4)	Outorga por pagamento de dividendos (D1) – Programa <i>Matching</i> ⁴		Outorga por pagamento de dividendos (D2) – Programa <i>Matching</i> ⁴	
	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados¹	1,00	7,00	1,00	7,00
Opções exercidas				
i) número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações entregues²				
i) número de ações entregues	N/A	40.013	312	20.606
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de aquisição e o valor de	N/A	N/A	N/A	N/A

mercado das ações adquiridas				
------------------------------	--	--	--	--

2020 (4/4)	Outorga por pagamento de dividendos (D3) – Programa Matching ⁴		3ª Outorga do 2º Programa Matching ⁴	
	Conselho de Administração ³	Conselho de Administração ³	Conselho de Administração ³	Conselho de Administração ³
Número total de membros	7,00	7,00	7,00	7,00
Número de membros remunerados ¹	1,00	7,00	1,00	2,00
Opções exercidas				
i) número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações entregues ²				
i) número de ações entregues	314	20.602	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

2019 (1/2)	Outorga 2015 do 1º Programa Matching ³		Outorga 2017 do 1º Programa Matching ³	
	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7,00	4,75	7,00	4,75
Número de membros remunerados ¹	1,00	4,00	1,00	1,00
Opções exercidas				
i) número de ações	0	0	0	0
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações entregues ²				
i) número de ações entregues	3000	33.000	7.812	7.812
ii) preço médio ponderado de aquisição	0	0	0	N/A
iii) diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	3,15	3,15	5,98	5,98

2019 (2/2)	Outorga 2017 do 2º Programa Matching ³		Outorga 2018 do 2º Programa Matching ³	
	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária

Número total de membros	7,00	4,75	7,00	4,75
Número de membros remunerados ¹	0,00	4,75	0,00	2,00
Opções exercidas				
i) número de ações	0	663.600	0	74.387
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações entregues²			N/A	
i) número de ações entregues	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas:

- Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opção, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/Nº3/2020.
- Para mais informações sobre o Programa de Matching vide item 13.4 deste Formulário de Referência

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

2018 (1/2)	1ª Outorga do 1º Programa Matching ²		2ª Outorga do 1º Programa Matching ²	
	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7,00	4,00	7,00	4,00
Número de membros remunerados ¹	1,00	2,00	1,00	1,00
Opções exercidas				
i) número de ações	0	0	0	0
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações entregues²				
i) número de ações entregues	3000	23.000	7500	7500
ii) preço médio ponderado de aquisição	0	0	0	N/A
iii) diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	3,15	3,15	5,98	5,98

2018 (2/2)	1ª Outorga 2º Programa Matching ³		1ª Outorga DV 2º Programa Matching ³	
	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7,00	4,00	7,00	4,00
Número de membros remunerados ¹	0,00	2,00	0,00	0,00

Opções exercidas				
i) número de ações	0	300.000	0	26.795
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações entregues²				
i) número de ações entregues	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas:

- Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opção, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/Nº3/2020.
- Para mais informações sobre o Programa de Matching vide item 13.4 deste Formulário de Referência

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

2017	1ª Outorga do 1º Programa Matching ²		2ª Outorga do 1º Programa Matching ²		2º Programa Matching ²	
	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração ³	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7,00	4,00	7,00	4,00	7,00	4,00
Número de membros remunerados¹	1,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Opções exercidas						
i) número de ações	0	0	0	0	0	0
ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ações entregues²						
i) número de ações entregues	3000	26.000	N/A	N/A	N/A	N/A
ii) preço médio ponderado de aquisição	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A
iii) diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	5,98	5,98	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas:

- Corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao Plano de Opção, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/Nº3/2020.
- Para mais informações sobre o Programa de Matching vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

A precificação das opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opção 2009 apresentado no item 13.4 acima foi realizada considerando o modelo Black-Scholes.

Com relação aos Programas de *Matching*, O valor justo das últimas ações outorgadas foi calculado com base na metodologia Black & Scholes, considerando o preço de exercício de R\$ 0,01, uma vez que a ação é transferida ao beneficiário, conforme mencionado no item 13.4.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opção 2009:

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Plano de Opção a partir de 22 de dezembro de 2009).

Preço médio ponderado das ações

O preço das nossas ações considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o valor de fechamento de mercado na data base para cálculo do valor das opções.

Preço de exercício

O preço de exercício das opções de compra outorgadas no âmbito do Programa de Opção, a ser pago pelos respectivos Beneficiários, será de R\$1,20. O preço de exercício das opções de compra outorgadas no âmbito do Programa de Opção II, a ser pago pelos respectivos Beneficiários, será de R\$10,50, atualizado pelo IPCA e ajustado por distribuições de dividendos e outros proventos, desdobramentos, bonificação e outros eventos ocorridos na Companhia durante a vigência das opções outorgadas pelo Programa de Opção II. Se o preço do exercício, após os abatimentos, resultar negativo, a opção de compra poderá ser exercida pelo valor de R\$0,01 (um centavo).

Volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações. Para as opções outorgadas até 2010, utilizou-se como base três empresas do setor imobiliário nos últimos 3 (três) anos. Entende-se que este valor, de 30,02% é a melhor aproximação possível, dada a falta de histórico de negociação das nossas ações. A partir de 2011,

utilizou-se a série histórica de cotações das ações da nossa própria companhia a partir da nossa oferta pública inicial de ações. Nas últimas emissões realizadas, a volatilidade considerada foi de 33,28% ao ano.

Prazo de vida da opção

Para ambos os programas, o prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 2 (dois) anos a contar da data em que o lote se tornou exercível, ou seja, além do prazo médio de carência, que pode variar de acordo com o Programa em questão.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo pago por ação em determinado período e o preço da ação no mercado. Em nosso modelo não foi considerado pagamento de dividendos, dado que o preço de exercício é ajustado automaticamente por toda e qualquer distribuição de proventos.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

Programas de *Matching*:

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Plano de Opção a partir de 08 de setembro de 2015).

Preço médio ponderado das ações

O preço das nossas ações considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o valor de fechamento de mercado na data base para cálculo do valor das opções.

Preço de exercício

No caso dos Programas *Matching* o Beneficiários não efetuará pagamento para receber as ações após o prazo de carência. Desta forma, para cálculo do prêmio, foi considerado preço de exercício de R\$ 0,01 por ação.

Volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço de série histórica de cotações das ações da nossa própria companhia. Nas últimas emissões realizadas a volatilidade histórica considerada foi média de 45,33%.

Prazo de vida da opção

Não se aplica, por não se tratar de um programa de opções.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo pago por ação em determinado período e o preço da ação no mercado. Em nosso modelo não foi considerado pagamento de dividendos, dado que o preço de exercício é ajustado automaticamente por toda e qualquer distribuição de proventos.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opção 2009:

Não adotamos método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções. Foi adotada a premissa de que as opções serão exercidas a partir do momento em que os lotes se tornarem livres para exercício, isto é, forem incorporados, pelo decurso do respectivo prazo de carência. Não foram considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados previstos em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário.

Programas de Matching:

Não se aplica, por não se tratar de um programa de opções, com a possibilidade de exercício antecipado.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opção 2009:

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações. Para as opções outorgadas até 2010, utilizou-se como base três empresas do setor imobiliário nos últimos 3 (três) anos. Entende-se que este valor, de 30,02% é a melhor aproximação possível, dada a falta de histórico de negociação das nossas ações. A partir de 2011 utilizou-se a série histórica de cotações das ações da nossa própria companhia a partir da nossa oferta pública inicial de ações. Nas últimas emissões realizadas, a volatilidade considerada foi de 33,28% ao ano.

Programas de Matching:

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço de série histórica de cotações das ações da nossa própria companhia. Nas últimas emissões realizadas a volatilidade histórica considerada foi média de 45,33%.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Plano de Opção 2009:

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

Programas de Matching:

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Ações detidas de forma indireta por meio do veículo Filadélfia Participações Ltda.

Em 31 de dezembro de 2020		
	Ações Ordinárias ²	Ações outorgada no âmbito do Matching ⁴
Conselho de Administração ¹	44.499.445	-
Diretoria Estatutária ²	-	-
Conselho Fiscal	-	-
Total	44.499.445	-

Ações detidas de forma indireta por meio do veículo ALLIANCA FIM CP³

Em 31 de dezembro de 2020		
	Ações Ordinárias ²	Ações outorgada no âmbito do Matching ⁴
Conselho de Administração ¹	15.718.750	-
Diretoria Estatutária	-	-
Conselho Fiscal	-	-
Total	15.718.750	-

Ações ou opções de compra detidas de forma direta

Em 31 de dezembro de 2020		
	Ações Ordinárias ²	Ações outorgada no âmbito do Matching ⁴
Conselho de Administração ¹	8.425.237	262.433
Diretoria Estatutária	878.073	415.863 ⁵
Conselho Fiscal	-	-
Total	9.303.310	678.296

Notas:

1. A participação dos Conselheiros que fazem parte da Diretoria Estatutária está considerada na linha "Conselho de Administração".
2. Referem-se às Ações Ordinárias ou Opções de Compra de Ações Ordinárias de emissão da Direcional Engenharia S.A. (Código B3: DIRR3)
3. Fundo de investimento multimercado restrito, cujo único cotista, na data deste relatório, é o Sr. Ricardo Valadares Gontijo
4. Para mais informações sobre o Programa de Matching vide item 13.4 deste documento
4. O direito às ações derivadas do Programa de Matching ocorrem após o vesting. O saldo disponibilizado indicado corresponde aos direitos outorgados mas ainda não vestidos.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não oferecemos planos de previdência aos membros do nosso conselho de administração ou aos nossos diretores estatutários.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Número total de membros	4,83	4,00	4,00	6,92	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	4,83	4,00	4,00	5,33	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.465.036,91	1.561.530,00	1.889.925,79	612.494,20	339.318,52	221.206,61	47.115,85	43.736,92	43.477,72
Valor da menor remuneração (Reais)	557.235,30	921.815,07	488.087,61	175.996,70	142.684,16	138.832,16	47.113,11	43.489,96	43.477,72
Valor médio da remuneração (Reais)	920.343,01	1.149.259,07	1.046.458,54	325.987,44	184.788,63	173.952,07	47.114,94	43.613,44	43.471,77

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Para definição do menor valor e do valor médio de remuneração, não foram considerados os membros da Diretoria Estatutária que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Os membros da Diretoria Estatutária que receberam as maiores remunerações individuais ocuparam seus respectivos cargos durante os 12 meses de cada um dos exercícios sociais.
31/12/2019	Para definição do valor da menor remuneração, não foram considerados os membros da Diretoria Estatutária que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Os membros da Diretoria Estatutária que receberam as maiores remunerações

	individuais ocuparam seus respectivos cargos durante os 12 meses de cada um dos exercícios sociais.
31/12/2018	Não aplicável.

Conselho de Administração	
31/12/2020	Para definição do menor valor e do valor médio de remuneração, não foram considerados os membros do Conselho da Administração que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Há membros do nosso Conselho de Administração que não receberam remuneração no período, desta forma, para o cálculo da remuneração somente os membros remunerados foram considerados.
31/12/2019	Há membros do nosso Conselho de Administração que não receberam remuneração no período, desta forma, para o cálculo da remuneração média foram utilizados 6 membros.
31/12/2018	Há membros do nosso Conselho de Administração que não receberam remuneração no período, desta forma, para o cálculo da remuneração média foram utilizados 5 membros.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	Não aplicável.
31/12/2019	Não aplicável.
31/12/2018	Não aplicável.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020
Conselho de Administração	70%
Diretoria Estatutária	37%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019
Conselho de Administração	61%
Diretoria Estatutária	30%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018
Conselho de Administração	50%

Diretoria Estatutária	43%
Conselho Fiscal	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Alguns membros do nosso Conselho de Administração ocupam o cargo de gerentes na nossa Companhia e, como tais, também são elegíveis aos Programas de *Matching* de ações. Por essa razão, nos últimos 3 exercícios sociais tais membros fizeram jus ao recebimento de remuneração baseada em ações. A tabela abaixo informa os valores reconhecidos nos nossos resultados referentes a essa remuneração:

Órgão	2018	2019	2020
Conselho de Administração	R\$ 77.454,96	R\$ -	R\$ -
Diretoria Estatutária	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Conselho Fiscal	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Exceto pelo descrito acima, não há valores reconhecidos no resultado da nossa Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e/ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos nos resultados de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária e de nosso Conselho Fiscal nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes relacionadas a esta seção foram descritas nos itens anteriores.
